



Nº 1162 - Semanal  
0,50 €

11 Julho 2002

# ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

Internet [www.partido-socialista.pt/accao](http://www.partido-socialista.pt/accao) E-mail [accao.socialista@partido-socialista.pt](mailto:accao.socialista@partido-socialista.pt)

JORNADAS PARLAMENTARES EM ÉVORA

## SOCIALISTAS DISPONÍVEIS PARA COLABORAR NA BUSCA DE SOLUÇÕES

► Páginas centrais



DEBATE SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO

### PS PROPÕE DEZ DOMÍNIOS PARA RECUPERAR A ESPERANÇA

A desconfiança e o pessimismo atingiram com o Governo do PSD/PP os mais baixos níveis de sempre, afirmaram os deputados do PS que intervieram no debate sobre o estado da nação. À retórica de ambiguidade e recuos, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, apresentou os dez domínios em que é importante trabalhar em conjunto para recuperar a esperança e a confiança no País e na capacidade dos portugueses. ► Página 5

ENTREVISTA A JAMILA MADEIRA

### LÍDER DA JS PROMETE COMBATE PERMANENTE AO GOVERNO

► Página 17

### ELISA FERREIRA DENUNCIA PACOTE IMAGINÁRIO DE OBRAS PÚBLICAS

► Página 3

# A SEMANA REVISTA

Fortes críticas aos três meses de Governo marcaram as Jornadas Parlamentares do Partido Socialista, que tiveram lugar na sexta-feira e no sábado, em Évora, onde ficou patente a unidade, a coesão e consenso no seio do GP/PS.

Realizaram-se entre os dias 2 e 5 de Julho as Jornadas Parlamentares do PS/Açores, na Ilha de S. Jorge, marcadas por fortes críticas à Lei de Estabilidade Orçamental apresentada pelo Governo.

Ferro Rodrigues revelou na sessão de boas-vindas a 100 novos militantes do PS/Évora, que desde as últimas autárquicas mais de quatro mil pessoas aderiram ao partido.

O secretário-geral efectuou uma visita ao distrito de Braga, tendo presidido a um plenário de militantes no Pavilhão Multiusos em Guimarães, onde afirmou que o III QCA pode estar em risco.

Debate na Assembleia da República sobre o "Estado da Nação".

Apresentação na Fundação Mário Soares, pelo próprio, do livro póstumo de Álvaro Guerra, "No Jardim das Paixões Extintas".

Em conferência de Imprensa, a deputada socialista Elisa Ferreira criticou o "programa especial" de obras públicas anunciado pelo Governo, referindo que não passa de um "pacote imaginário".

No Parlamento Europeu decorreu, de 9 a 11 de Julho, a Convenção dos Jovens, que contou com a presença de cinco portugueses.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



**Acaso o Governo ou a maioria parlamentar deram resposta à disponibilidade manifestada pelo PS para um consenso em dez áreas da governação? Sobre essa matéria nada disseram numa clara atitude de desvalorização das propostas socialistas. E depois admiram-se do PS responder na mesma moeda.**

EDITORIAL

## NA MESMA MOEDA

Sem brilho, sem força e sem chama, o primeiro-ministro subiu à tribuna da Assembleia da República para tentar demonstrar que o seu Governo nestes três meses fez mais do que o PS em três anos. Só se em inconstitucionalidades, trapalhices e no desrespeito pelo Parlamento, como certamente ripostou Ferro Rodrigues no debate sobre o "Estado da Nação".

Para além de reproduzir as medidas anunciadas no Conselho de Ministros do passado sábado, muitas das quais repescadas do anterior Governo e outras mera ilusão, Durão Barroso tirou do bolso uma proposta de acordo social de médio prazo e apresentou-a como a grande novidade. Para, findo o debate, em declarações à Comunicação Social, falsamente indignado, lamentar o silêncio do PS em relação à intenção do Executivo.

Acaso o Governo ou a maioria parlamentar deram resposta à disponibilidade manifestada pelo PS para um consenso em dez áreas da governação? Sobre essa matéria nada disseram numa clara atitude de desvalorização das propostas socialistas. E depois admiram-se do PS responder na mesma moeda.

Mas, mais do que saber o que o primeiro-ministro tinha para dizer ao País sobre o "Estado da Nação", a expectativa em São Bento recaía no discurso com que o ministro da Defesa iria encerrar o debate, confirmando-se, mais uma vez, que sempre que Portas aparece Durão Barroso eclipsa-se. E o que disse Portas? Nada de novo do ponto de vista substantivo, não tendo acrescentado uma vírgula ao discurso do primeiro-ministro, valendo-se apenas do seu brilho oratório para ofuscar Durão Barroso. Agora não é aceitável que o número dois do Governo venha acusar o deputado José Sócrates de estar da condicionar a liderança do Partido Socialista.

A verdade é que a intervenção de Paulo Portas serviu um objectivo velado: o de tentar criar divisões, lançar a intriga dentro do PS e assim limitar a actividade e as iniciativas políticas dos socialistas.

Seguindo a mesma lógica, também podemos concluir que Portas "foi o rosto da ansiedade" do Governo por não ser o número um, como desejariam, aliás, muitos dos dirigentes dos partidos da maioria, pois que Durão Barroso reconhecidamente não tem aquilo a que o seu núcleo duro apelida de "carisma do poder", e que sobra, de facto, ao líder do Partido Popular.

Entretanto, persistindo no autismo e na arrogância, a maioria não expurgou as inconstitucionalidades da Lei de Enquadramento Orçamental, fazendo tábua-rasa dos apelos do secretário-geral do PS para que se respeitem os preceitos constitucionais. Mal, muito mal, vai um Governo que deliberadamente ignora os alertas e faz aprovar leis que violam a Constituição, demonstrando com essa atitude três coisas: desrespeito pela Lei Fundamental, gritante incompetência jurídica e duvidoso sentido democrático.



SILVINO GOMES DA SILVA

*Silvino Gomes da Silva*

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

## PS DENUNCIA PACOTE IMAGINÁRIO DE OBRAS PÚBLICAS

**O PS criticou o "programa especial" de obras públicas anunciado com pompa e circunstância pelo Governo, referindo que não passa de um "pacote imaginário" que reduz os investimentos neste sector em mais de 1,7 milhões de euros e exigiu explicações no Parlamento.**

Em conferência de Imprensa, a deputada socialista Elisa Ferreira desmontou as afirmações feitas pelo primeiro-ministro, Durão Barroso, acusando-o de ter anunciado obras já em execução, ou previstas, pelo Governo de António Guterres.

Segundo Elisa Ferreira, o Programa de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) previa para o corrente ano obras no valor de 2,7 milhões de euros, enquanto o "programa especial de obras públicas anunciado pelo primeiro-ministro corresponde apenas a investimentos de mil milhões de euros".

E acrescentou: "A confiança consegue-se com iniciativa mas com iniciativa séria e ponderada. Mistificar a realidade com pacotes imaginários não reforça a confiança, não dignifica a governação, não faz avançar o País."

A ex-ministra do Planeamento sublinhou que



a única medida nova assumida pelo actual executivo é a ligação do metropolitano ao aeroporto da Portela, em Lisboa.

«As obras referidas pelo primeiro-ministro no sector rodoviário estavam todas previstas no contrato programa de 2001, estando parte delas em fase de construção», explicou.

Elisa Ferreira recusou a existência de qualquer novidade em obras como o Eixo Norte/Sul (Lisboa), na via rápida de Gondomar, no alargamento do IC 19 (entre Lisboa e Sintra), ou no lançamento do metro do Mondego (Coimbra).

A ex-ministra disse também esperar que o Governo esclareça «como tenciona apoiar o metropolitano do Porto» e se vai lançar o metropolitano ligeiro em Algés e Sacavém.

O ex-secretário de Estado das Obras Públicas Vieira da Silva, por sua vez, acusou ainda Durão Barroso de «faltar à promessa de privilegiar a Assembleia da República para o anúncio de medidas importantes», insistindo que o programa especial anunciado pelo executivo «representa uma redução de investimentos».

O próximo passo do PS será agora convocar o Governo para o Parlamento. Os socialistas querem também saber, por exemplo, se vão avançar outros projectos que o seu Executivo apoiava mas que, entre outros problemas, ainda não tinham "estrutura de financiamento assegurada", como o alargamento do metro do Porto a Gondomar e o metro ligeiro Algés-Sacavém.

**VISITA AO DISTRITO DE BRAGA**

# FERRO ACUSA GOVERNO DE PÔR EM RISCO QCA

O secretário-geral do Partido Socialista, Ferro Rodrigues, acusou o Governo de pôr em risco a aplicação do Quadro Comunitário de Apoio (QCA). "Em Outubro haverá em Bruxelas uma avaliação da aplicação do Quadro Comunitário, e Portugal corre o risco de perder muitos milhões de contos", disse Ferro Rodrigues no final da visita às obras da auto-estrada Guimarães/Braga, no âmbito da deslocação que efectuou na segunda-feira ao distrito de Braga.

O líder socialista teve como ciclerones os responsáveis da empresa concessionária dos 11 quilómetros de auto-estrada, a AENOR, Auto-Estradas do Norte, que tem a seu cargo a construção de uma parte da rede de auto-estradas a norte do rio Douro.

Ferro Rodrigues sublinhou que o anterior Executivo realizou mais obras durante os seis anos de mandato do que as que haviam sido feitas nos 10 anos anteriores, como se comprova com a abertura, a curto prazo, da auto-estrada para o Algarve e no começo de 2003 com a ligação entre Guimarães e Braga.

Segundo adiantou, a execução de obras públicas vai ser, em 2002, inferior ao que estava previsto

no PIDDAC elaborado em 2001, acentuando que o Governo actual se limita a arranjar nomes pomposos e imaginários para planos que diminuem o investimento público.

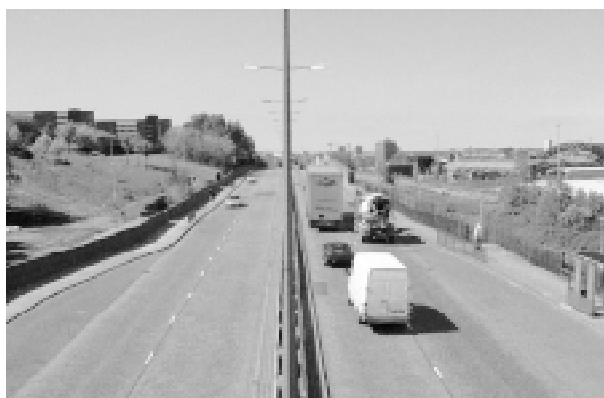
O líder do PS criticou o "discurso miserabilista" do Governo, que apenas sabe dizer aos portugueses que o País está de tanga, e que toma medidas prejudiciais como as da suspensão da aplicação do Programa Operacional da Economia e a redução de obras no Orçamento Rectificativo.

**Plenário de militantes**

À noite, no plenário de militantes do distrito de Braga, realizado no Pavilhão Multiusos, em Guimarães, Ferro Rodrigues disse que o PS não quer criar uma crise política no Verão, mas avisou que não cede em questões de princípio.

"Não queremos contribuir para uma crise mas temos de manter uma postura crítica, de distância e de alternativa, não cedendo a nenhuma espécie de acordo que ponha em causa os princípios do PS", afirmou, avisando os socialistas de que a tarefa pode ser "longa".

Para o secretário-geral do PS, o Governo tem vindo



a somar erros sucessivos, como sucedeu com o fim do crédito bonificado para os jovens adquirirem casa: "foi um grave erro nos planos económico, financeiro, social e político", acusou. Considerou que o Executivo "atacou fortemente os jovens", não lhes renovando os contratos na função pública e mandando-os para o desemprego, e não cumpriu nenhuma das promessas eleitorais, sobretudo as que indicavam uma descida de impostos. Lembrou que no tempo de Cavaco Silva qualquer um conseguia crédito à habitação como se fosse jovem, "o que não aconteceu nos governos

socialistas".

Num discurso centrado na crítica ao Executivo de Durão Barroso, Ferro Rodrigues lamentou os cortes no investimento público registados em 2002, e afirmou que a política governamental está a criar uma grande desconfiança junto dos empresários e dos portugueses em geral".

O presidente da Federação do PS, Joaquim Barreto, que abriu a sessão, dirigiu também as críticas para o Executivo de direita, sublinhando que ao fim de três meses já está em estado de desgraça, usando apenas a estratégia da rolha de se manter à toma de água".

## REFILIAÇÃO PROLONGADA

O processo de refiliação em curso vai ser prolongado. Depois de uma reunião entre Ferro Rodrigues e os presidentes das federações, na semana passada, ficou acordado levar esta proposta à Comissão Nacional do próximo sábado.

O coordenador do processo, camarada António Galamba, propôs - e foi aceite - que a fase de actualização dos dados pelos militantes não acabasse já no próximo dia 13, como estava previsto, mas sim no fim do mês.

Aparentemente, os militantes estão a responder muito lentamente às cartas que a direcção do partido lhes enviou para actualizarem os seus dados. Em Agosto serão enviados para as estruturas do partido os novos cadernos eleitorais. Na primeira quinzena do mês decorrerá o prazo de reclamações. Depois os militantes começarão a receber novos cartões, com uma nova numeração.

**ALMADA E CARTAXO**

## CONCELHIAS COM NOVOS LÍDERES

Após a renúncia ao cargo do anterior presidente, Vítor Figueiredo, militante da Secção da Costa de Caparica, assumiu a presidência da Comissão Política Concelhia do PS/Almada, com um vasto programa de acção que tem como objectivo central "transmitir uma nova dinâmica" a esta estrutura, tornando-a "mais participativa, com mais informação e aproximação aos seus militantes".

Assim, vão ser incentivados os debates políticos com foruns e jantares/debate, que contarão com a presença de dirigentes nacionais e especialistas nas áreas a debater.

A Concelhia irá criar um site, um Gabinete de Estudos, bem como irá promover reuniões periódicas com os coordenadores das secções de residência e vereadores e deputados municipais. Está ainda prevista uma Convenção Autárquica, que terá lugar em Outubro.

Por outro lado, a Concelhia irá lançar uma campanha de adesão de novos militantes, procurando captar cidadãos que há muito estão próximos do PS

O socialista Paulo Caldas é o novo presidente da Comissão Política Concelhia do Cartaxo, passando a acumular este cargo com o de membro da Comissão Política Distrital e da Comissão Nacional do PS, sucedendo no lugar a Conde Rodrigues.

Apostando numa política de "proximidade para uma melhor cidadania", o projecto político de Paulo Caldas, visa "reforçar e assumir-se em consonância com a actividade autárquica, numa lógica de coesão da equipa que hoje, governa o concelho do Cartaxo".

**PORTO**

## CONCELHIA VAI HOMENAGEAR GUTERRES



A Concelhia do PS/Porto vai homenagear António Guterres, em sinal de apreço e reconhecimento do seu trabalho enquanto primeiro-ministro. A proposta, que partiu do líder desta estrutura, Orlando Gaspar, foi debatida e aprovada por unanimidade numa reunião da concelhia portuense.

O dia e a forma como a homenagem vai ser feita depende do homenageado - que vai receber uma taça em prata com uma escultura deitada na bordadura, da autoria do escultor José Rodrigues -, mas Orlando Gaspar gostava de o fazer em sessão pública.

Para Orlando Gaspar, "os socialistas devem estar gratos a uma personalidade que será sempre uma das nossas maiores referências", acrescentando que "não podem os socialistas da cidade do Porto, que sabem ter memória, esquecer um dos mais eminentes dirigentes, que no exercício das suas funções soube interpretar o espírito, as causas e a alma socialista".

Por isso, propôs a homenagem que, segundo sublinhou, "é merecida e a prová-lo estão as outras duas condecorações que recebeu".

Recorde-se que recentemente o ex-secretário-geral do PS foi distinguido com as duas mais altas condecorações de Portugal e Espanha.

No dia 10 de Junho, o Presidente da República, Jorge Sampaio, entregou a António Guterres a grã-cruz da Ordem Militar de Cristo pelo exemplo de dedicação à causa pública.

O Governo espanhol, por sua vez, atribuiu-lhe a mais alta condecoração do país vizinho: o Colar da Ordem de Isabel a Católica pelas melhores relações europeias e internacionais.

DEBATE SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO

# DEZ DOMÍNIOS PARA RECUPERAR A ESPERANÇA E A CONFIANÇA

**A desconfiança e o pessimismo atingiram com o Governo do PSD/PP os mais baixos níveis de sempre, afirmaram os deputados do PS que intervieram no debate sobre o estado da nação. À retórica de ambiguidade e recuos, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, apresentou os dez domínios em que é importante trabalhar em conjunto para recuperar a esperança e a confiança no país e na capacidade dos portugueses.**

Num debate em que, pela bancada do PS, intervieram também José Sócrates e Elisa Ferreira, Ferro Rodrigues começou por afirmar que, nestes três meses de Governo não só o PSD se especializou em trapalhadas inconstitucionalidades e desprezo pela Assembleia da República, como transformou um problema orçamental numa crise económica, deixando o país à beira de recessão. Como afirmou José Sócrates, em apenas três meses, o Governo revelou-se um "falhanço rotundo, um desastre total, que deixou o País num estado de depressão e de falta de confiança sem igual".

Num discurso em que foram apontados os erros de governação e o estilo de crisação e de confronto que tem sido a matriz do PSD, com manifesta falta de sensibilidade social, Ferro Rodrigues adoptou uma postura positiva e construtiva face a um Governo que, como disse, "não está à altura dos desafios que Portugal enfrenta". "São já muitos os portugueses, provavelmente uma considerável maioria, que consideram que o Governo, a maioria PSD/PP não está à altura dos desafios que Portugal enfrenta", afirmou.

## As dez prioridades

Para o Partido Socialista, as dez prioridades que apresentou para um trabalho conjunto na Assembleia da República são essenciais para fazer face às dificuldades decorrentes de uma situação nacional muito negativa e de uma conjuntura internacional adversa. Desde logo, uma frente de combate ao nível europeu, na medida em que as mudanças em curso na União Europeia terão um impacto enorme no nosso país, designadamente em virtude do alargamento da União Europeia, da reforma da Política Agrícola Comum e das instituições, além de, a nível interno, ser fundamental fazer uma avaliação intercalar do Quadro Comunitário de Apoio. "Importa que Portugal mantenha a sua capacidade de actuação e peso nas decisões institucionais da União e que se prepare desde já o pós 2006 numa perspectiva de que a coesão económica e social na União



Europeia tem de continuar a fazer-se sentir e, em alguns domínios, até acentuar-se", afirmou o secretário-geral do PS.

As políticas de saúde são o segundo domínio. Para o PS, é necessário construir respostas para muitos dos problemas que os portugueses sentem nesta área, desde que para tal as políticas prosseguidas consigam compatibilizar o grande objectivo de aprofundar os ganhos de saúde com modernização efectiva dos modelos de gestão do SNS.

Quanto às políticas de apoio ao desenvolvimento da competitividade empresarial, é essencial ultrapassar os bloqueios que estão a paralisar as políticas activas de apoio ao relançamento económico. "Precisamos - afirmou Ferro Rodrigues - de urgentemente traduzir em acção, no plano económico, uma linha de rumo global clara e uma atenção particular aos estrangulamentos que afectam hoje, especialmente no plano financeiro, as PME".

Importa também construir dinâmicas de convergência em toda a sociedade portuguesa para melhorar a empregabilidade da população activa e dos jovens, intensificando o esforço de requalificação profissional.

## PS intransigente na reposição do crédito bonificado

Outro domínio é o reforço do combate ao desemprego, sobretudo porque existem já sinais preocupantes de que os problemas mais graves estão para vir. "É essencial uma atitude precoce e preventiva face ao impacto social de agravamento do desemprego. Aqui as políticas activas de

desemprego têm um papel insubstituível. Esperemos que o Governo possa manter um grau de cobertura que os desempregados hoje têm por políticas activas destinadas a facilitar a sua reinserção profissional", considerou, acrescentando que, se esse esforço não for feito, poderão desenvolver-se fracturas sociais que penalizarão a política e social e a recuperação económica.

Um sexto domínio em que o PS entende que o Parlamento deve intensificar a sua acção é o do acompanhamento da execução do Quadro Comunitário de Apoio, na medida em que é fundamental aproveitar todos os seus recursos, o que ficou eventualmente mais difícil depois da liquidação do Ministério do Planeamento.

A necessidade de serem produzidos consensos em torno dos grandes investimentos estruturantes da nossa inserção geo-económica é também um dos domínios que o PS considera fundamental para se encontrarem soluções para a competitividade do País.

No âmbito da reforma da Administração Pública, o PS também manifestou a sua disponibilidade para se encontrarem consensos. No entanto, para isso, "é imperativo que o Governo abandone a sua política de medidas isoladas incoerente e mal preparadas", substituindo-a por uma abordagem integrada e estratégica do futuro da Administração Pública.

A imigração é o nono domínio em que o PS tem uma palavra a dizer, defendendo uma política séria, justa e aplicável. "Não podemos aceitar que nesta área se aprofundem fracturas sociais cujos efeitos serão de difícil reversão", disse. Finalmente, a décima área-chave é a reforma do

sistema político, que a Assembleia da República tem como uma das suas prioridades de legislatura. Ferro Rodrigues fez ainda questão de sublinhar algumas políticas que têm uma especial incidência nos jovens, onde o Governo tem cometido alguns dos seus maiores erros, designadamente a eliminação do crédito bonificado para a compra de casa.

"É imperioso que o Governo e o primeiro-ministro revejam a sua política para com os jovens. Não é verdade que o corte do crédito bonificado possua um significado social irrelevante. Muito pelo contrário, ele é decisivo em muitas regiões do nosso país. Repor este apoio para novos contratos é possível, bem como é possível que o custo de tal medida seja compensado, com vantagem, por um rigor reforçado às bonificações agora existentes e pela reanimação económica que daí irá derivar", afirmou Ferro Rodrigues.

A deputada Elisa Ferreira traçou as contradições do Governo e considerou que os objectivos fundamentais que deveriam ser as prioridades do Governo, isto é o crescimento, desenvolvimento e a convergência real foram completamente ignorados pelo Governo e que as medidas tomadas para combater aquilo que para o Governo é a única questão relevante - o défice - são não só mal preparadas mas sobretudo, totalmente contrárias ao que o País necessita para poder crescer. "Sem um programa coerente e de desenvolvimento; com um quotidiano de histeria e incompetência nas medidas de contenção de despesa, o País estagnou. Deixou de acreditar na capacidade do Governo para o orientar e, mais grave do que isso, começa a desacreditar de se próprio!".



**LEI DA ESTABILIDADE ORÇAMENTAL**

**PS CONSIDERA DIPLOMA INCONSTITUCIONAL**

O PS considera que a Lei de Estabilidade Orçamental “está ferida de inconstitucionalidade por alterar o regime financeiro das Regiões Autónomas sem explicitar as alterações legislativas à Lei das Finanças Regionais”. Ferro Rodrigues no debate sobre o “Estado da Nação” perguntou ao Governo se estava disponível para expurgar a lei de inconstitucionalidades.

O GP/PS apresentou na semana passada ao presidente da Assembleia da República um recurso de admissibilidade da proposta, considerando-a contrária à Constituição.

No recurso, a bancada do PS sustenta ainda que as alterações introduzidas pelo diploma do Governo “põem em causa a independência orçamental das regiões” da Madeira e dos Açores, “instrumento vital da sua autonomia, como tal consagrada na Constituição”.

No debate sobre o “Estado da Nação”, o PS defendeu a discriminação positiva para os Açores e os municípios de zonas menos desenvolvidas. Entretanto, o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, já reagiu a estas alterações, considerando que a proposta de Lei da Estabilidade Orçamental é um “golpe de Estado” contra as autonomias dos Açores e da Madeira e, por isso, exige uma rápida intervenção do Presidente da República no quadro das suas competências constitucionais.

Carlos César disse ainda ser este o “ataque mais brutal” alguma vez desferido contra a



autonomia, sublinhando que estão em causa direitos consagrados constitucionalmente e que “são ignorados e violados” por esta proposta de lei que abre caminho para uma eventual alteração quer nos limites de endividamento quer no montante das transferências orçamentais.

Entretanto, na segunda-feira, Carlos César acusou o Governo de Durão Barroso de provocar a “asfixia financeira” da região, apelando à “união

de todos na defesa dos interesses regionais”. Em causa está um empréstimo de 32,4 milhões de euros que a região estava autorizada a contrair para financiar investimentos em 2002, por contrapartida da assunção da dívida no mesmo valor, para as duas regiões autónomas, o que já não poderá ser feito. O presidente do Governo Regional dos Açores considera que essa “interpretação inaceitável” resulta de “uma profunda modificação do conceito de

solidariedade nacional que pretende conduzir a autonomia à asfixia financeira”.

**Lei das Finanças Locais**

Os presidentes das câmaras municipais do Alentejo eleitos nas listas do PS “recusam frontalmente o não cumprimento da actual Lei das Finanças Locais e alertam a opinião pública para a gravidade da situação, que a actual política em relação ao poder local pode gerar”, nomeadamente “a impossibilidade de concretização de investimentos em curso ou já programados”.

Num comunicado, os autarcas socialistas “denunciam perante os alentejanos um facto que a acontecer, prepotentemente, pode atirar o Alentejo de volta ao subdesenvolvimento, atraso e esquecimento que já todos conhecemos e dos quais havíamos começado a sair”.

Os presidentes dos municípios socialistas manifestam-se ainda contra “o ataque à possibilidade das autarquias poderem recorrer ao crédito para realização dos seus investimentos em benefício das populações, esquecendo que estas são responsáveis, apenas, por menos de dois por cento da dívida pública”.

O comunicado surge na sequência de uma reunião, em Évora, dos presidentes das autarquias socialistas de Ferreira do Alentejo, Grândola, Portel, Odemira, Évora, Cuba, Reguengos de Monsaraz, Barrancos, Alandroal, Alvão, Mourão, Borba e Mértola. J.C.C.B.

**IMIGRAÇÃO**

**SOCIALISTAS CONSEGUEM HUMANIZAÇÃO DA LEI**

Os deputados socialistas conseguiram suavizar e tornar menos restritiva a nova lei de imigração proposta pelo Governo e que o GP/PS teve já ocasião de qualificar como “desumana”.

O decreto, já apresentado aos parlamentares da Assembleia da República, mas ainda não aprovado em Conselho de Ministros, tem sido tema de debate entre a bancada do PS e o Executivo.

Os deputados socialistas já conseguiram que o Ministério da Administração Interna considerasse algumas alterações à proposta governamental, nomeadamente no que se refere à revisão da quota de imigrantes. Esta deixará de ser bianual, tal como estava previsto originalmente no diploma, e passará a ter uma actualização trimestral.

Segundo Vitalino Canas, o PS, embora ache que não existe necessidade de mudar uma lei com pouco mais de um ano, aproveitou a “disponibilidade” do Governo para discutir alterações ao diploma, nomeadamente por acreditar tratar-se de uma “questão de Estado”.

Foi neste contexto que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se absteve quinta-feira, durante a votação da autorização legislativa que permitirá regular a entrada, permanência e saída de imigrantes do território nacional.

Os imigrantes legalizados por via de vistos de trabalho não ficarão, assim, circunscritos às áreas geográficas onde estiverem empregados, como o decreto poderia indicar, garantiu o vice-presidente da bancada socialista.

Quanto às condições para se requerer o reagrupamento familiar, deverão manter-se.

Os familiares de imigrantes com autorizações de permanência poderão pedir vistos de estada temporária, renováveis anualmente, sendo que o tempo mínimo de residência no País para se poder beneficiar deste regime será de um ano.

Apenas os imigrantes com penas suspensas que sejam reincidentes serão expulsos de Portugal, ao contrário do que estabelecia o decreto, sem contemplos para os que tivessem sido penalizados pela primeira vez.

Serão criados mecanismos de legalização para os imigrantes que excedam a quota mas que sejam considerados de “interesse relevante” para o País.

**ALCOOLEMIA**

**DEPUTADOS DO PS DEFENDEM COMISSÃO**



No debate na Assembleia da República sobre a reposição da taxa de alcoolemia nos 0,5 gramas por litro o PS contestou a estratégia governativa contra a sinistralidade e exigiu a constituição de uma comissão para analisar os efeitos do álcool na condução.

Os socialistas não se convenceram com os argumentos da direita segundo os quais taxa de alcoolemia e sinistralidade não estão estreitamente relacionados.

O GP/PS contrapôs a estas alegações duas iniciativas no plenário: uma resolução que aconselha o Parlamento e o Executivo a nomear representantes para a comissão já criada com o intuito de estudar a eficácia da descida da taxa para os 0,2 e um projecto de lei que propõe o alargamento do prazo de trabalho desse grupo.

O deputado socialista Vitalino Canas explicou que a bancada do PS “quer saber”, afirmando de seguida que o sentido de voto do PS seria contra a proposta do PSD e a iniciativa do BE.

Ambas as propostas “partilham a mesma lógica de que já está tudo visto e não é preciso saber mais nada”, declarou.

AGRICULTURA

# BANCO DE TERRAS E FUNDO DE MOBILIZAÇÃO

Os deputados do PS querem criar um banco de terras e um fundo de mobilização das mesmas para dar continuidade ao processo de modernização e desenvolvimento do sector agrícola nacional, encetado durante a governação de António Guterres.

O projecto de lei do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS), da autoria do ex-ministro da Agricultura Capoulas Santos, apresentado em Évora no decurso das Jornadas Parlamentares do PS, deu entrada, terça-feira, na mesa da Assembleia da República.

O banco de terras deverá fazer “a gestão imobiliária dos prédios rústicos e mistos, designadamente a compra e venda dos referidos prédios e a constituição de quaisquer direitos nos termos do direito privado, incluindo o arrendamento”, estando-lhe vedado “o exercício de quaisquer outras actividades económicas, nomeadamente a exploração directa dos seus prédios”.

Assim, o banco contará, desde logo, com o património imobiliário rústico e misto do Estado, afecto ao Ministério da Agricultura, e com os terrenos oriundos do processo de intervenção da reforma agrícola, gozando de direito de preferência na aquisição de imóveis inseridos em zonas submetidas a medidas de estruturação fundiária, nomeadamente os perímetros de rega. Segundo o GP/PS, o banco de terras deverá “criar condições para uma clara utilização dos terrenos agrícolas, na óptica da sua maior valorização



económica, social e ambiental”. Com o objectivo de evitar a criação de novas estruturas na administração pública e porque já existe um organismo da tutela – Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (IHERA) – com competências no domínio da gestão das áreas de regadio e do emparcelamento, no quadro da Reserva de Terras, o banco de terras deverá

ser inserido neste organismos. Por outro lado, os estatutos do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas (IFADAP) lhe atribuem competências no âmbito da gestão de fundos colocados à sua disposição, será também este Instituto a gerir o fundo de mobilização de terras.

M.R.

## ABC DO BANCO DE TERRAS

### Definição

O banco de terras é um conjunto de prédios rústicos e mistos que, de início, poderá atingir os 40 mil hectares, propriedade do Estado, destinado a ser arrendado e posteriormente vendido por forma a que com as receitas obtidas se adquiram novos prédios para voltar a arrendar e vender e assim sucessivamente.

### Constituição

O banco de terras é constituído por prédios rústicos actualmente já pertencentes ao Estado e localizados em todo o País e por todos aqueles que o Fundo de Mobilização de Terras vier a adquirir, designadamente através do exercício do direito de preferência a favor do Estado.

### Objectivo

Criar condições para a instalação de novos empresários agrícolas, especialmente nas novas áreas de regadio beneficiadas por investimentos exclusivamente públicos e, ao mesmo tempo, evitar a sua aquisição por nacionais ou estrangeiros com objetivos especulativos.

### Acesso

Os agricultores podem aceder aos prédios rústicos do banco de terras mediante concurso público.

### Direito de preferência

O Estado passará a gozar deste direito em todas as transacções onerosas de quaisquer prédios rústicos nas áreas definidas pelo Ministro da Agricultura e, desde logo, nos perímetros de rega de qualquer zona do País, isto é, áreas de sequeiro reconvertidas para regadio a expensas do Estado.

### Fundo de Mobilização de Terras

Fundo financeiro constituído pelas receitas provenientes do arrendamento ou venda dos prédios pertencentes ao banco de terras e destinado a permitir a aquisição de novos prédios através do exercício do direito de preferência a favor do Estado.

## PLANO NACIONAL DA ÁGUA

# ANACRONISMOS COMUNISTAS

O princípio segundo o qual a água enquanto elemento do ambiente deve ser protegido e entendido como condição necessária para assegurar um desenvolvimento sustentável “não merece contestação”.

É este o entendimento que, segundo o deputado socialista Ascenso Simões, se encontra consubstanciado no Plano Nacional da Água (PNA), concebido e implementado pela governação socialista.

Ascenso Simões falava, sexta-feira, durante a apreciação parlamentar do PNA requerida pelo Partido Comunista, ocasião que aproveitou para esclarecer que “o problema do PCP é, antes de mais, genético”.

É que, revela o parlamentar do PS, “estamos perante um anacronismo político”, uma vez que “o PCP estava contra o PNA mesmo antes de conhecer o verdadeiro diploma promulgado, referendado e publicado”.

O deputado do GP/PS fez notar à Assembleia da República a “situação anormal” que se fez a apreciação do decreto-lei em questão”, frisando que os comunistas portugueses eram presas de

um “duplo anacronismo parlamentar”.

“Anacronismo porque o diploma em apreciação foi elaborado, discutido, aprovado e publicado na vigência de um Governo que já não está em funções”, colocando-se a questão de se saber “quem defenderá o que nele está inscrito e quem promoverá os necessários esclarecimentos”, observou.

Para Ascenso Simões, um outro anacronismo reside no facto de não se vislumbraem, no pedido de apreciação, “qualquer razão substantiva, qualquer discordância de fundo, sob o ponto de vista político, ou qualquer questão de natureza legal que possa por em causa o direito interno ou norma europeia”.

O deputado socialista lembrou como “facto incontestado” a concretização dos planos de bacia dos rios internacionais – Minho, Douro, Tejo, Guadiana – e de um conjunto de planos de bacia dos rios nacionais.

“O certo, portanto, é que muitos prometeram o planeamento hidrológico. Os Governos do PS fizeram-no”, declarou, recordando que, nos últimos dois anos foi implementado um conjunto

de projectos, de iniciativas políticas e legislativas e de acções concretas que anteciparam a adopção dos ambiciosos objetivos da Directiva-Quadro da Água, aprovada durante a Presidência portuguesa da União Europeia”.

Neste sentido, Ascenso Simões defendeu o Plano Nacional da Água como “trave-mestra da política de gestão dos recursos hídricos em Portugal”, pelo que os princípios nele salvaguardados não devem ser postos em causa.

O parlamentar do PS saudou a decisão do Executivo de não promover alterações ao PNA e, respondendo às críticas que apontam para um défice na discussão desta matéria, Ascenso Simões concordou com a necessidade do debate, mas não deixou de explicar que: “governar é saber quando se terá que passar do debate para a concretização” e “todos reconhecem que a área do ambiente foi, na governação socialista, uma daquelas onde a capacidade de decisão esteve sempre presente”.

“Importa pois seguir no caminho da análise do PNA e avaliar a substância”, concluiu.

### Isaltino aproveita trabalho de Sócrates

Entretanto, o Governo de Durão Barroso manifestou a intenção de apresentar uma lei-quadro e um decreto-lei sobre recursos hídricos que terá por base o anteprojecto da Lei da Água que fora apresentado, em Março último, pelo então ministro do Ambiente José Sócrates.

O diploma da administração socialista apresentava, entre outras novidades, a gestão da água mediante bacias hidrográficas, a criação de uma autoridade nacional da água e a participação dos utilizadores na gestão do recurso. Ao que tudo indica, o ministério tutelado por Isaltino Morais pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo grupo que preparou o referido anteprojecto.

Fica assim provada a qualidade da gestão socialista do ambiente e seus recursos.

M.R.



DIREITOS DOS ANIMAIS

# PS PROPÕE REGIME DE PROTECÇÃO

A Assembleia da República pode e deve dotar Portugal de uma lei geral de protecção dos animais que seja "simples, realista, eficaz, consensual e exequível".

Esta é a ideia subjacente à proposta de lei que tem como primeira subscritora a deputada socialista Rosa Albernaz e que estabelece o novo regime jurídico de protecção dos animais.

No diploma, que deu entrada na mesa do Parlamento na passada sexta-feira, a bancada do PS define um conjunto de medidas e deveres gerais de protecção, proibindo a prática de "maus tratos ou actos cruéis contra animais".

A intervenção e controlo da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, municípios e Direcção-Geral de Veterinária relativamente à utilização de animais no comércio e espectáculos; a adopção de um capítulo próprio que estabelece as regras de utilização e tratamento dos animais em sede de experimentação, fins didácticos e fins científicos; bem como a colaboração e cooperação entre as autarquias e associações zóofilas nas campanhas de esterilização, sensibilização e informação, são outras das algumas legislativas apresentadas pelo Grupo Parlamentar socialista.

O projecto estabelece ainda a proibição da venda, cedência e doação dos animais por parte dos zóos; reitera a competência das associações zóofilas quanto à salvaguarda da segurança dos animais; prevê medidas específicas para prevenir ou pôr termo a situações de perigo provocadas por animais perigosos; e propõe um regime sancionatório exequível que pune com coimas os infractores da lei aprovada o ano passado.

Para o PS, "a questão da regulação da posse de animais potencialmente perigosos não deve ser objecto de legislação específica". É que, em Portugal, ainda não existe legislação geral aplicável nesta matéria e "uma opção integradora facilita obviamente a discussão em sede parlamentar e a sua compreensão pela opinião pública, o que é, segundo Rosa Albernaz, "essencial".

M.R.



## LUTA DE CÃES

Preocupada com a crescente organização de lutas de cães em território nacional, a deputada socialista Rosa Albernaz apresentou um requerimento na Assembleia da República dirigido ao Governo

No documento, a deputada solicita ao ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, e ao ministro da Agricultura e Desenvolvimento das Pescas informações sobre as medidas a serem implementadas pelo Governo para fazer cumprir a legislação existente sobre a protecção dos animais.

A outra questão levantada por Rosa Albernaz relaciona-se com as estatísticas que existem sobre a aplicação de coimas a quem não cumpre a lei.



## MAIA

### LIBERTAÇÃO DE AMONIACO

A recente libertação de amoniaco da Fábrica Panike, em S. Pedro de Fins, no concelho da Maia, foi objecto de um requerimento por parte da deputada socialista Paula Cristina Duarte, dirigido ao ministro do Ambiente.

No documento entregue na Assembleia da República, a deputada socialista quer saber se esta empresa está devidamente autorizada pelas entidades competentes a funcionar nas imediações de uma zona habitacional, e se cumpre todas as normas de segurança e ambientais exigidas. Outra questão colocada por Paula Cristina, relaciona-se com a autorização dada pela Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho para o funcionamento da fábrica Panike, contrariando assim o PDM da Câmara Municipal da Maia.

A subscritora do requerimento, quer ainda saber, a posição das Direcções Regionais do Ambiente e da Saúde, sobre o funcionamento da Fábrica Panike, uma vez que a libertação de amoniaco coloca em causa a saúde pública.



## GUARDA

### DEPUTADOS QUESTIONAM GOVERNO SOBRE NOVOS HOSPITAIS

Os deputados socialistas Fernando Cabral e Joaquim Pina Moura apresentaram na mesa da Assembleia da República um requerimento a questionar o Governo sobre o anúncio do lançamento de dez novos hospitais construídos em parceria público/privado.

Os subscritores pedem esclarecimentos ao ministro da Saúde sobre o hospital da Guarda, um dos anunciados para a 2ª fase dessa parceria, querendo saber para quando é que está previsto o lançamento do novo hospital, a sua conclusão e entrada em funcionamento. Por outro lado, os socialistas colocam ainda mais duas questões relacionadas com o investimento total previsto e quais as percentagens da parceria público/privado.

Os deputados perguntam ao Executivo se o processo de ampliação e remodelação das actuais instalações hospitalares vai ser ou não suspenso e no caso de o ser, quais serão os custos para o Estado. O destino a dar às actuais instalações do Hospital Sousa Martins é outra das preocupações dos socialistas.

Fernando Cabral e Joaquim Pina Moura entregaram um segundo requerimento, na Assembleia da República, a pedir esclarecimentos ao Governo sobre a data de lançamento do novo hospital de Seia, uma vez que a sua construção não faz parte da lista anunciada pelo ministério da Saúde.

## MINAS DO PEJÃO

### NOVA PONTE SOBRE O DOURO

Os deputados socialistas Rosa Albernaz e Antero Gaspar entregaram na Assembleia da República um requerimento a pedir informações ao ministro das Obras públicas, Transportes e Habitação sobre a construção de uma nova ponte, na zona das Minas do Pejão.

A construção de uma ponte nesta zona, segundo os deputados do PS, há muitas décadas que é desejada pelas populações ribeirinhas ao Douro, dos concelhos de Penafiel, Gondomar e Castelo de Paiva.

Atentos às necessidades destes concelhos os subscritores do requerimento perguntam ao Executivo se já foram feitos alguns estudos sobre a nova ponte e para quando é que está previsto a elaboração do projecto de execução e a abertura do concurso público para a sua construção.



ENSINO

# O GOVERNO DAS TRAPALHADAS

As decisões autoritárias, pouco criteriosas e muito polémicas do Governo Durão/Portas fazem estragos na Educação.

A semana passada, o ministro da tutela foi à Assembleia da República defender o indefensável e explicar o inexplicável: as “trapalhadas” do Executivo para o ensino.

No Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS), os deputados que trabalham mais de perto estas questões, insatisfeitos com a forma, com o conteúdo e a atitude governativa, manifestaram-se disponíveis para “usar o espaço do Parlamento, através de todas as figuras regimentais, para fazer eco das preocupações relativas ao sector educativo”.

Neste sentido, a bancada do PS, realizou o primeiro de uma série de encontros que se pretende sejam momentos de discussão e apreciação da política do Executivo para a Educação.

O GP/PS visa, com estes espaços de debate, “recolher as sugestões e preocupações” e “auscultar o sentimento gerado por dois meses de política educativa do Governo”.

Assim o explica a deputada Ana Benavente, que no passado dia 3, no Auditório do Parlamento, confirmou a falta de rumo e originalidade das propostas do Governo para as questões da educação.

Sobre a mesa de debate estiveram as desajustadas e pouco explicadas decisões governativas que passam por encerramento de todas as escolas com menos de dez alunos e pelo fim do ensino recorrente.

Ana Benavente não poupou críticas à atitude hermética da bancada do PSD, que, segundo afirmou, evidencia uma noção de escola “muito selectiva” e que com a sua atitude “autista”, até fez parecer aberta a postura assumida pelo actual ministro da Educação. Também em análise esteve o Estatuto Disciplinar do Aluno apresentado pelo Governo à Assembleia da República e que Ana Benavente descreveu como sendo um “remake” da estratégia implementada pela administração socialista, assinalando contudo a introdução de três alíneas “proibitivas”.

A deputada socialista considerou “preocupante” que a nova tutela da Educação não tenha tido “engenho nem imaginação para fazer alterações de fundo”.

“Depois de se ter desfeito em críticas, registam-se poucas alterações de fundo e o que efectivamente mudaram, mudaram mal”, declarou.

O Executivo de Durão Barroso quer proibir os alunos de, na escola e apenas nela, ingerir substâncias tóxicas (drogas ou álcool), transportar e usar armas e praticar actos ilícitos.

As medidas restritivas aplicam-se, por isso, ao espaço escolar, desresponsabilizando os educadores e o próprio estabelecimento de ensino de uma pedagogia mais vasta, que inclua também noções de integração na sociedade e de civismo.

Para Ana Benavente, esta atitude denota uma



## EDUCAÇÃO

### PS QUER MELHORAR DIPLOMAS DO GOVERNO

O PS votou contra a Lei do Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior, apresentada na passada semana pelo ministro Pedro Lynce, e absteve-se na votação da Lei do Sistema da Avaliação da Educação não Superior e do Estatuto do Aluno – projectos defendidos quarta-feira, na Assembleia da República, por David Justino.

“Não votámos contra porque reconhecemos a importância dos temas e queremos trabalhar para que haja diplomas melhores”, esclareceu a deputada socialista Ana Benavente.

A parlamentar do PS disse que a bancada não pode, contudo, concordar “com as propostas feitas nem com as orientações e concepções que traduzem”.

Assim, os três diplomas do Governo baixarão em breve à Comissão Parlamentar da Educação, onde serão discutidos na especialidade, prevenido-se que sejam sujeitos a reformulações.

Recorde-se que o regime jurídico do ensino superior prevê medidas de racionalização da rede, como a fusão ou encerramento de instituições de ensino e ainda a redução ou suspensão de vagas, tem sido fortemente atacado por todos os parceiros e foi também alvo de muitas e duras críticas por parte dos deputados da oposição.

Ana Benavente considerou que o “carácter punitivo” do estatuto do aluno – quer porque a retenção do estudante surge como castigo pelo excesso de faltas injustificadas, quer porque se prevê a expulsão durante a escolaridade obrigatória, ainda que seja garantida a transferência do jovem –, ou ainda o “papel marginal atribuído aos pais” são dois dos pontos críticos da proposta governativa.

No caso da lei da avaliação, a deputada do GP/PS acusa o Executivo de “desfazer tudo o que já se fez” e de não ficar claro no projecto “quem, quando e que tipo” de avaliação se vai fazer.

tentativa de preservação. A escola “isola-se dos problemas sociais, sem lhes dar resposta”. Por outro lado, a estrutada considerou inexecutível o anunciado “ranking anual das escolas”, uma ideia defendida pelo ministro da Educação e que se baseia na “avaliação universal das escolas”, ao que tudo indica, através de inquéritos por computador.

Trata-se de uma medida que põe em causa a qualidade do sistema avaliativo, porque, segundo Benavente, “não acompanha de perto a realidade escolar e é feito à pressa”.

### Oposição atenta e dinâmica

Depois da recusa da bancada laranja em deixar o titular da pasta da Educação ir à Comissão explicar a estratégia governativa para a Educação, os parlamentares do GP/PS puseram em marcha dois instrumentos de comunicação para discutir esta problemática. Trata-se de um boletim informativo e de um site na Internet, criado a partir de Castelo Branco, que deverá funcionar como lista de distribuição de correio.

Em perspectiva estão, igualmente, a organização de fóruns de discussão (*news meetings*) sobre o estado do ensino em Portugal, porque “temos de usar todos os meios de estarmos em contacto para podermos agir atempadamente”, diz Ana Benavente.

A deputada socialista lembrou que a bancada do PS já entregou um requerimento em que se questionavam os critérios que levavam ao encerramento de determinadas escolas, interpellando ainda o ministro sobre as informações e garantias dadas aos alunos afectados, por forma a assegurar a salvaguarda da sua formação. Mas, esta iniciativa do GP/PS ainda não obteve qualquer resposta.

Uma outra solicitação dos deputados socialistas no sentido de o ministro da Educação se apresentar na respectiva comissão parlamentar com o objectivo de debater temas como o ensino recorrente, as escolas com poucos alunos, a formação de professores, a revisão curricular e a avaliação, foi “liminarmente recusada pela bancada do PSD”.

Uma carta aberta a David Justino e uma audição pública sobre a injustificada extinção do Instituto de Inovação Educativa completam o conjunto de iniciativas que demonstram a determinação do PS em fazer uma oposição responsável e dinâmica.

Também presente no encontro, a deputada do GP/PS Celeste Correia falou da “pose de arrogância” laranja e advertiu que ela tenta camuflar que descreveu como “uma grande trapalhada”.

“Há um completo retrocesso na educação”, afirmou a parlamentar, exortando o Partido Socialista a permanecer atento e a procurar respostas, porque, como observou Ana Benavente, “temos um ministro com poucos argumentos e pouco preparado” que “teve muita pressa em apresentar propostas sem sequer saber como as pôr em prática”.

MARY RODRIGUES

SOCIALISTAS REUNIDOS EM ÉVORA

# ESTRATÉGIA DE RISCO BEM SUCEDIDA



**Unidade, coesão e consenso no seio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista foram as notas dominantes das primeiras jornadas parlamentares da presente legislatura. Animados pelos estudos de opinião que vêm sistematicamente colocando o PS à frente nas sondagens, os deputados socialistas reunidos em Évora além de prepararem o debate sobre o “Estado da Nação”, procederam a uma análise exaustiva dos três meses de Governo e da oposição que o PS lhe moveu, tendo concordado que o Executivo de Durão Barroso vem acumulando erros, prima pela incompetência, é perito na mentira e trapalhão na concretização das suas medidas. Por outro lado, não deixaram de reflectir sobre a estratégia seguida pela bancada, sobre o próximo Congresso do partido e ouviram com natural satisfação a proposta do secretário-geral de se encontrar uma forma que permita integrar o Grupo Parlamentar como órgão estatutário do PS.**

O PS está disponível para colaborar com o Governo na busca de soluções, mas não adere a mudanças que ponham em causa ou vão contra o seu modelo social. Esta é a ideia central da intervenção do secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, no encerramento de dois dias das

primeiras jornadas parlamentares da corrente legislativa que tiveram lugar em Évora. Num ataque cerrado ao Executivo liderado por Durão Barroso a quem acusou de ter feito “uma campanha com base num programa e estar governar com outro”, o líder socialista criticou o

Governo por, em vez de mobilizar o País, o estar a “lançar no desalento”. Mas, mais grave do que isso, é o facto de o primeiro-ministro “governar em conflito com o País e com sectores essenciais da sociedade portuguesa. Sem necessidade, sem resultado”, afirmou Ferro Rodrigues, que também acusou o Executivo de estar a desestabilizar profundamente a administração pública, de ter defraudado as expectativas dos jovens, de gerir os assuntos públicos de forma irreflectida e de esconder ou faltar à verdade. Para o secretário-geral do PS, o Governo tem de ser responsabilizado por contribuir “decisivamente para lançar o País no que se arrisca ser uma crise económica de efeitos económicos desastrosos” ao ter dramatizado “desnecessariamente a situação nacional, gerando assim uma brutal queda das expectativas” e provocando um “profundo desalento em quase todos os sectores mais dinâmicos da sociedade portuguesa”. Depois de justificar a atitude construtiva do PS que tem colaborado institucionalmente no Parlamento no rápido agendamento de legislação considerada fundamental pelo

Governo, Ferro Rodrigues considerou “anormal” a situação política do País, “onde um Governo recentemente empossado desbaratou já grande parte do capital de confiança que tinha conquistado” nas últimas eleições legislativas. “Não entender os sinais de descontentamento e de rejeição dos portugueses não é sinal de firmeza, ou de convicção, mas, antes, sinal de autismo e arrogância”, advertiu o secretário-geral do PS, alertando para os indicadores económicos negativos previstos pelo Banco de Portugal para a economia portuguesa no corrente ano: crescimento económico inferior a um por cento e investimento entre menos cinco e menos três. Face a este cenário ao nível da evolução económica do País, Ferro Rodrigues propôs uma política favorável ao relançamento do investimento das pequenas e médias empresas e um acordo em torno da Lei de Estabilidade Orçamental. Neste último domínio, porém, o secretário-geral do PS advertiu que não aceitará uma legislação que colida com a Constituição da República e que não discrimine de forma positiva a Região Autónoma dos Açores em relação à

Madeira, assim como os concelhos mais pobres em relação aos mais ricos.

Acompanhando a Lei de Estabilidade Orçamental, os socialistas defendem ainda a aprovação de uma lei de eficiência fiscal, diploma que, recorde-se, já deu entrada na mesa da Assembleia da República.

Ferro Rodrigues pediu ainda ao Governo um acordo em políticas para o combate ao desemprego e para uma melhor execução dos fundos comunitários, defendendo uma definição da política de investimentos públicos infra-estruturantes e uma política de discriminação positiva em relação às zonas do interior do território nacional.

“É fundamental que no próximo Congresso do PS venham a ser encontradas formas que permitam que o Grupo Parlamentar seja considerada uma efectiva estrutura do partido” afirmou o secretário-geral, dando assim nota de uma novidade que certamente os estatutos revistos irão consagrar.

### Três erros capitais

A abertura dos trabalhos no Palácio D. Manuel coube ao líder da bancada socialista que deu o tom das jornadas ao acusar Governo de “falta de visão e de estratégia para o País.” Este defeito genético do Executivo justifica, no entender de António Costa, a acção governativa levada a cabo nestes últimos três meses e explica “todas as outras incompetências”. Fazendo o paralelo como o a governação cavaquista, apesar de tudo, “no cavaquismo havia visão e estratégia”, afirmou o líder da bancada. Mas o actual Governo “só soube tirar o pior desses anos: sendo arrogante, constituindo-se como força de bloqueio e promovendo conflitos institucionais”. É esta atitude, de acordo com o dirigente socialista, que faz com que os problemas mais graves se mantenham, sem que o Governo consiga dar uma resposta eficaz.

“Só fazem trapalhadas e inconstitucionalidades”, reafirmou António Costa, num discurso onde ficou clara a linha de ataque que



o PS vai seguir no debate do “Estado da Nação”. “A falta de estratégia” do Governo foi a base de todas as críticas. Porque seria “normal”, segundo o líder do Grupo Parlamentar, “que os portugueses encontrassem, na fase inicial do novo Governo, ambição e esperança. Mas isso não acontece”. Bem pelo contrário, argumentou Costa, “o País sente a depressão económica e a falta de visão política” para abandonar a situação de crise. Para António Costa, são três os “erros capitais”

que estão na base deste desempenho. Primeiro, “o Governo não tem uma liderança política e reduziu tudo às finanças públicas”, deixando a Manuela Ferreira Leite “a responsabilidade de conduzir todos os outros ministros”. Partindo desta constatação, Costa concluiu que “a inmensurável incompetência da ministra transformou um problema orçamental numa depressão” para o País. A “falta de credibilidade do novo Governo”, o segundo erro do Executivo, serviu para “minar

a confiança do País”. Para provar esta acusação, António Costa deu como exemplos “a quebra do principal compromisso eleitoral” – o aumento do IVA –, e a “facilidade com que os membros deste Governo mentem”. Neste caso, serviu-se das declarações contraditórias do ministro Morais Sarmento sobre a RTP e das palavras de Durão Barroso sobre a polémica das acções do Benfica.

O “grave problema da falta de autoridade do Estado” é o terceiro erro capital denunciado pelo líder do Grupo Parlamentar. A todos estes problemas, António Costa somou a “indisponibilidade evidenciada pelos partidos da coligação para as soluções construtivas apresentadas pelo PS”, que contribui, na sua opinião, para o “balanço negativo que somos forçados a fazer” desta primeira fase da legislatura.

### Próximas jornadas em Setembro

Depois de António Costa, a reunião entre os deputados socialistas prosseguiu à porta fechada. Jaime Gama João e Cravinho foram os oradores que se seguiram na lista das intervenções, todas elas duras na análise da acção governativa e da actuação dos partidos que formam a coligação de Governo, e concordantes na eficácia da gestão da bancada e da estratégia utilizada pelo PS nos últimos três meses.

Tendo em vista a preparação do debate parlamentar do “Estado da Nação” e a estratégia a usar pela bancada socialista, estas primeiras jornadas tiveram um cariz interno, pelo que não foram convidados oradores para se debruçarem sobre os temas da actualidade política. Como sublinhou José Sócrates, o mérito destas passou também, e muito, pelo reforço do companheirismo e da camaradagem no seio do Grupo Parlamentar.

Um debate sobre a estratégia do Grupo para a próxima sessão legislativa será feito após as férias de Verão, em princípio no mês de Setembro, em novas jornadas parlamentares.



## PS/AÇORES DENUNCIA ATAQUE ÀS AUTONOMIAS REGIONAIS

Tendo como pano de fundo a preparação da próxima sessão legislativa que se inicia em Setembro próximo, decorreram de 2 a 5 de Julho, na ilha de S. Jorge, as Jornadas Parlamentares do PS/Açores.

Nas Jornadas, o Grupo Parlamentar do PS/Açores, para além de uma reflexão sobre as matérias que se encontram em análise em sede de Comissões Eventuais, como por exemplo a revisão do sistema eleitoral e o financiamento do serviço regional de saúde, abordou ainda um pacote de propostas sobre diversas áreas que serão apresentadas ao plenário na próxima sessão legislativa. O Grupo Parlamentar analisou, igualmente, a situação criada pela “atitude prepotente, arrogante e salazarista do Governo da República que se traduz na apresentação na Assembleia da República daquilo a que se chama de proposta de lei de Estabilidade Orçamental que mais não é do que um acto de terrorismo político contra as autonomias regionais”.

Para os parlamentares socialistas, “a atitude do Governo PSD/PP revela, quer no procedimento quer no conteúdo, uma demente sanha persecutória contra o Governo Regional dos Açores e a revelação daquilo que já se suspeitava, ou seja, o Executivo de Carlos César é um alvo a abater, a qualquer custo e de qualquer forma”. E isto, acrescentam os deputados socialistas, “com a cumplicidade do deputado Vítor Cruz e do PSD/Açores, apesar das suas, cada vez mais desacreditadas, profissões de fé na autonomia e nos Açores”.

**DIA HISTÓRICO EM ÉVORA**

# SECRETÁRIO-GERAL DÁ BOAS-VINDAS A NOVOS MILITANTES

Uma centena de novos militantes que recentemente aderiram ao PS de Évora foram alvo de uma sessão de boas-vindas no passado sábado, culminado assim a estada do líder do PS naquela cidade alentejana onde participou nos trabalhos das jornadas parlamentares. No relvado do Hotel da Cartuxa, na presença do presidente da Federação Distrital, do presidente da Câmara da Câmara de Évora, do deputado Capoulas Santos e de cerca de três centenas de camaradas que assistiram à cerimónia, o secretário-geral do PS começou por sublinhar que desde as últimas eleições autárquicas mais de quatro mil pessoas aderiram ao partido, o que para Ferro Rodrigues significa que o PS “está a enriquecer-se com novas pessoas e novos quadros” e revela ainda a “abertura do PS à sociedade”.

Ferro Rodrigues, referindo-se a Carlos Zorrinho, também presente, lamentou que apenas por escassos votos o PS não tivesse logrado o segundo deputado por aquele círculo eleitoral, salientando de seguida que no próximo Congresso do PS, em sede de alteração estatutária, irão ser introduzidas alterações que “permitam um novo enquadramento dos



militantes”. Luís Carmelo, professor universitário e escritor, usou da palavra em representação dos recém-chegados ao partido para dizer que

aqueles que agora se juntaram ao PS em Évora, fazem-no para “ajudar o governo local” e para “colaborar no regresso dos socialistas ao poder”. O presidente da Federação, Henrique

Troncho, e o presidente da Câmara de Évora, José Ernesto, usaram também da palavra para expressarem a sua satisfação pelo reforço do PS em Évora.

**FERRO COM INDEPENDENTES**

## GOVERNO AFASTA PORTUGAL DA MÉDIA EUROPEIA

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, responsabilizou no Porto o actual Governo pelo facto de Portugal ir crescer menos do que a média europeia nos próximos dois anos, de acordo com o relatório do Banco de Portugal. Ferro Rodrigues falava na semana passada à entrada de um encontro com dezenas de independentes nortenhos de várias áreas actividade Económica, social e cultural, à

semelhança do que teve em Lisboa, no âmbito da preparação do debate sobre o Estado da Nação. “As previsões sobre crescimento económico para este ano e 2003 já são fortemente influenciadas pela política económica e gestão de expectativas altamente negativa que este Governo está a fazer”, acusou o líder do PS. Ferro Rodrigues referiu ainda que este Governo e este primeiro-ministro “começam muito mal” nesta

matéria, uma vez que, frisou, prometeram ao País “uma convergência real com a União Europeia e, inclusivamente, a possibilidade de o País crescer todos os anos mais 1,5 por cento do que a média europeia”. Quanto ao debate parlamentar sobre o Estado da Nação, o líder do PS manifestou a esperança que “seja aproveitado também para um debate nacional sobre a situação do País e não apenas

para o debate propriamente dito que se trava na Assembleia da República”. Organizado por Alberto Martins, Augusto Santos Silva e Narciso Miranda, o encontro de Ferro Rodrigues com os independentes do Porto contou com a presença, entre outros, de Nuno Grande, Herculano Quintanilha, Luís Miguel Duarte, Teresa Lago, Dario Alves, Ângelo de Sousa, António Taborde e Rocha e Melo.

## REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL

Sábado, 13 de Julho - 10:30h - Hotel Altis - Lisboa

**ORDEM DE TRABALHOS:**

- 1 - Processo de actualização dos dados e da renumeração dos Militantes;
- 2 - Processo de preparação do XIII Congresso Nacional;
- 3 - Marcação da data e local do Congresso Nacional;
- 4 - Apresentação, discussão e votação do Regulamento e do Regimento do Congresso Nacional;
- 5 - Eleição da Comissão Organizadora do Congresso;
- 6 - Análise da situação política.



MANUEL OLIVEIRA DUARTE

# AUTARCA POR CONVICÇÃO

**Autarca durante 16 anos na Junta de Freguesia da Penha de França, Manuel Oliveira Duarte, um já histórico militante de base do PS, não tem dúvidas em afirmar que “ser autarca é uma das actividades políticas mais gratificantes, por podermos contribuir com a nossa acção para solucionar problemas locais que dizem respeito às pessoas”. Militante do PS desde 1975, este camarada defende uma alteração dos Estatutos que contemple a “revitalização” das secções de residência e de acção sectorial, “estruturas fundamentais para a acção política do partido” e considera que a Declaração de Princípios deve ser “adaptada às novas realidades, mas sem pôr em causa os valores e princípios do socialismo democrático”.**

Em 1975, em pleno PREC, quando o PS estava na linha da frente da luta pela democracia contra a tentativa totalitária, Manuel Oliveira Duarte inscreve-se no nosso partido, no núcleo de empresa da então União de Bancos Portugueses (UBP) e na Secção da Penha de França, porque, refere, “o programa do PS se coadunava com os meus ideais e porque senti a necessidade de intervir politicamente de uma forma mais activa”.

Desde então, Manuel Oliveira Duarte tem desenvolvido um intenso trabalho político, primeiro, na actividade sindical, onde fez parte da Comissão de Delegados da UBP e dos corpos sociais do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (anos 70 e 80), e, mais tarde, nas autarquias, onde integrou o Executivo da Junta de Freguesia da Penha de França durante 16 anos (1985-2001), três dos quais como presidente em exercício (1995-1997).

Da sua longa experiência autárquica, destaca a importância crescente que as juntas de freguesia vêm ganhando nos últimos anos, através da atribuição de mais competências, no âmbito de protocolos celebrados com a Câmara, sublinhando que “com o Governo PS houve um enorme salto qualitativo, porque finalmente foi cumprida a Lei das Finanças Locais, que permitiu um reforço significativo das verbas atribuídas às juntas”.

Manuel Oliveira Duarte diz que o mais apaixonante na actividade de autarca “é podermos contribuir com a nossa acção para solucionar problemas locais que dizem respeito às pessoas”. Por isso, não tem dúvidas em afirmar que “ser autarca é uma das actividades políticas mais gratificantes”.

Quanto às qualidades que deve ter um autarca,



## PREFERÊNCIAS

Político nacional  
**Jorge Sampaio**

Político estrangeiro  
**François Mitterrand**

Acontecimento nacional  
**25 de Abril**

Acontecimento internacional  
**Queda do Muro de Berlim**

Escritor  
**Ferreira de Castro**

Livro  
**“A Selva”**

Filme  
**“Ben-Hur”**

Músico  
**Mozart**

este camarada é peremptório: “Disponibilidade - as múltiplas competências assim o exigem -, interesse em participar na resolução dos problemas da Freguesia, boa formação académica, conhecimento das áreas que lhe estão atribuídas e capacidade de decidir e pôr em execução programas e projectos.”

Num balanço aos seis anos de governos socialistas, Manuel Oliveira Duarte considera que “o primeiro mandato foi bastante positivo em áreas como a Segurança Social, o Trabalho, o Equipamento Social, a Educação e a Ciência”. Já o segundo mandato, na sua opinião, “foi menos positivo, uma vez que o Governo não soube corresponder às expectativas criadas, não afrontou os ‘lobbies’, e houve demasiados erros e recuos”.

**Secções de residência e de acção sectorial são fundamentais**

Por outro lado, o militante desta semana do “Acção Socialista” faz uma apreciação bastante positiva da acção de Ferro Rodrigues, salientando que o actual secretário-geral do PS “conseguiu, num momento particularmente difícil, unir e mobilizar todos os socialistas em torno de um projecto”. E acrescenta: “Tem todas

as capacidades para fazer uma oposição dinâmica, construtiva e consequente, e ser num futuro próximo um excelente primeiro-ministro, liderando um Governo com um programa que garanta a coesão económica e social, através de um desenvolvimento sustentado e de uma redistribuição progressiva do rendimento nacional, no quadro da construção de um Portugal moderno e solidário.”

Atento à vida interna do partido, Manuel Oliveira Duarte tem ideias muito claras sobre a alteração dos Estatutos e da Declaração de Princípios. Relativamente à alteração dos Estatutos, defende a “revitalização” das secções de residência e de acção sectorial, estruturas que considera “fundamentais para a acção política do partido”, bem como “o aprofundamento dos direitos e deveres dos militantes”. No que respeita à Declaração de Princípios, sustenta que deve ser “adaptada às novas realidades, nomeadamente introduzindo a questão das minorias étnicas, da imigração e da sociedade do conhecimento, mas sem nunca pôr em causa os valores e princípios do socialismo democrático, que devem fazer parte integrante deste texto fundamental”.

J. C. CASTELO BRANCO





**PRESIDÊNCIA DINAMARQUESA**

# PREPARA ADEÇÃO DE 10 CANDIDATOS

A conclusão das negociações de adesão com 10 países candidatos é a grande prioridade da presidência dinamarquesa da União Europeia, que se iniciou em 1 de Julho. Os candidatos, a Polónia, Hungria, Malta, Chipre, Estónia, Letónia, Lituânia, República Checa, Eslováquia e a Eslovénia, terão de estar aptos a cumprir um conjunto de critérios políticos, económicos e administrativos para poderem aderir. Sobre as expectativas relacionadas com esta adesão colectiva de tão grandes dimensões, nunca antes efectuada na história da construção europeia, e com tantas consequências políticas, económicas e institucionais, o "Acção Socialista" ouviu o deputado Manuel dos Santos, membro da Comissão do Orçamento do Parlamento Europeu.

**As negociações de adesão terão de ficar concluídas durante a presidência dinamarquesa. Poderá a União Europeia integrar, tal como se prevê, em tão pouco tempo sem perturbações 10 candidatos?**

Por ironia do destino compete à Dinamarca (que se auto-excluiu de domínios importantes da União Europeia) tentar encerrar as negociações com os países candidatos ao alargamento. Não é impossível mas é extremamente difícil. O estado de paixão com o alargamento que dominava a vida política europeia, tem vindo a ser substituído por um mais realista e pragmático estado de razão. Veremos, no fim, o que pesará mais.

Quanto às perturbações, não me parece que elas possam ser significativas (se o alargamento ocorrer com a dimensão prevista) e, sobretudo, serão sempre controláveis.

**Nunca na história da União Europeia houve uma integração tão vasta. Há uma certa sensação que esta integração colectiva em tão**



**pouco tempo é um pouco forçada. Não haverá alguma precipitação, dadas as enormes (e até imprevisíveis) consequências institucionais, organizacionais e económicas que esta ampliação implica?**

Um alargamento da União desta dimensão exige uma boa preparação dos países candidatos, mas de igual modo profundas alterações na arquitectura institucional e na

forma de funcionamento do espaço político de acolhimento.

Infelizmente, em muitos aspectos, a União Europeia ainda é apenas o somatório da vontade dos países que a constituem. E a vontade de cada um dos países depende da vontade dominante da sua opinião pública e das forças políticas que ascendem ao poder. O sucesso do alargamento depende do resultado

das próximas eleições na Alemanha e do "sim" ao Tratado de Nice, no referendo a realizar na Irlanda.

**Qual deve ser a postura de Portugal em relação aos candidatos, por um lado, e, por outro, à nova repartição de poderes e do dinheiro disponível que resultará dos novos alargamentos?**

Portugal deve apoiar o alargamento sem hesitações, em especial por razões de natureza política. O alargamento aos países de Leste reforçará, seguramente o papel dos pequenos e médios países no contexto da União e Portugal só pode beneficiar com isso.

A Agenda 2000 definiu de forma clara, e favorável ao nosso país, o problema da repartição dos recursos até 2006 e o Tratado de Nice consagra um equilíbrio de poderes perfeitamente aceitável pelo nosso País (desde que seja ratificado pelos 15, como é óbvio).

**Tem havido alguma resistência por parte dos governos às reformas institucionais, que são uma condição *sine qua non* para os alargamentos. A construção europeia está ou não demasiado refém das políticas domésticas e dos ciclos eleitorais dos Estados-membros?**

Como referi anteriormente, penso que o alargamento está, neste momento, demasiado refém das políticas domésticas e dos ciclos eleitorais dos Estados-membros. Basta, aliás, analisar a forma como está a decorrer a campanha eleitoral na Alemanha e a proposta política do partido que lidera as sondagens. Se a direita ganhar as eleições o alargamento só será possível com longos períodos de transição. Veremos se os países candidatos e, nomeadamente, as suas opiniões públicas estarão disponíveis para isso.



## COMISSÃO EUROPEIA ATRIBUI 1935 MILHÕES DE EUROS A TIMOR

A Comissão Europeia decidiu atribuir a Timor-Leste uma ajuda para fins humanitários de 1935 milhões de euros.

Esta verba destina-se aos refugiados timorenses que ainda se encontram em território indonésio em Timor Ocidental, ao fornecimento de alimentação terapêutica às populações afectadas por má nutrição grave e complementar para cerca de dez mil crianças e 1700 mulheres grávidas em fase de aleitamento. Destina-se ainda à distribuição de água nos campos de refugiados e a auxílio diverso às populações em situação vulnerável.

## ABANDONO DA CO-INCINERAÇÃO PODE VALER MUITA A PORTUGAL

A propósito das suas posições irresponsáveis, o PSD não podia lançar o descrédito sobre a comunidade científica e sobre as instituições políticas sem que nada acontecesse. Na sequência de uma queixa apresentada pela Comissão Científica Independente devido ao abandono da co-incineração pelo ministro das Cidades e Ambiente, a Comissão Europeia pretende agora saber quais os planos do governo relativamente à gestão dos resíduos perigosos. E Portugal pode mesmo vir a ser multado pela Comissão.

Surpreendente (ou talvez não) é a resposta do secretário de Estado do Ambiente que, a propósito das solicitações da Comissão Europeia, afirma: "Não há soluções para a maior parte dos resíduos perigosos dentro de Portugal". O Governo do PS, recorde-se, depois de inúmeras resistências políticas, tinha implementado uma solução aceite a nível europeu e com comprovadas melhorias na qualidade do ar emitido pelas cimenteiras.

É neste contexto que a Comissão Europeia pretende agora saber se em Portugal estão a ser cumpridas as directivas comunitárias que se aplicam à gestão de resíduos perigosos, designadamente a 75/442/CEE e a 91/689/CEE.

Poderá, assim, acontecer a Portugal o mesmo que à Grécia em 2000, que foi multada em virtude de não estar a cumprir as directivas sobre gestão de resíduos perigosos.

A decisão de multar ou não Portugal vai depender das respostas do Governo e da avaliação feita sobre se o direito comunitário está ou não a ser infringido. O Governo tem a seu favor o facto deste processo ser relativamente moroso, já que nunca fica concluído sem pelo menos terem passado dois anos.

LUÍS MARINHO

# CRIMES DE RACISMO E XENOFOBIA PENALIZADOS À ESCALA EUROPEIA

Os crimes de racismo e de xenofobia irão passar a ser penalizados à escala europeia, deixando assim de ser apenas matéria de direito interno ou internacional, de acordo com a proposta de uma decisão-quadro do Conselho relativa à luta contra o racismo e a xenofobia.

Ao intervir no debate sobre este relatório, o eurodeputado Luís Marinho considerou que a decisão-quadro possui um sentido verdadeiramente europeu e lança as bases de uma ordem jurídica penal europeia no domínio deste tipo de crimes. "A Europa - disse - assume responsabilidades não meramente declarativas e constitui-se um espaço privilegiado de respeito pelos valores que a justificam".

Luís Marinho considerou que a falta de uma efectiva política comum de emigração e asilo que garanta a matriz humanista e solidária da Europa ao mesmo tempo que a segurança dos cidadãos, leva a que os partidos políticos e os governos caiam na tentação fácil dos discursos desculpabilizantes e securitários, de forma a assim alimentarem a sua popularidade interna. "Esse caminho fácil que identifica subliminarmente na consciência dos cidadãos, imigração e violência, abre as portas à perversão racista e xenófoba e mina hoje as bases da convivência cívica da Europa, catapultando os populistas para as cadeiras do poder", considerou o eurodeputado.



A proposta impõe aos Estados-membros a obrigação de punirem como infracção penal todo e qualquer acto de incitação ao racismo e à xenofobia, incluindo a divulgação de

mensagens racistas na internet ou através de outro sistema de informação. A cumplicidade ou tentativa de praticar uma infracção racista, bem como a direcção de um grupo racista ou

xenófobo, são igualmente puníveis, devendo os Estados-membros zelar pela imposição de sanções dissuasivas, que poderão incluir a extradição. No caso de infracções que incluam a incitação pública à violência ou ao ódio, são propostas penas privativas de liberdade iguais ou superiores a dois anos.

## Time-sharing

Por outro lado, Luís Marinho interveio também na discussão sobre a directiva que regula as actividades de timesharing, cuja revisão considerou urgente e absolutamente necessária, na medida em que desde a sua adopção, em 1994, o número de queixas aumentou em virtude dos operadores terem encontrado outros meios de contornar a legislação existente.

"Os consumidores precisam de uma medida eficaz de protecção para as suas transacções, em particular aquelas que ocorrem em mais do que um Estado-membro. A indústria precisa de garantias de que as práticas justas serão encorajadas e apoiadas através de uma directiva reformulada que erradique as práticas escandalosas que mancham um sistema que ainda dispõe de potencial para proporcionar benefícios reais a quem o utilize, e credibilidade suficiente para que se possa relançar", afirmou.

RELATÓRIO TORRES MARQUES

## AGÊNCIAS DE VIAGENS COM NOVAS REGRAS



A revisão da directiva que regula a actividade das agências de viagens, será o próximo relatório da eurodeputada Helena Torres Marques, a apresentar na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

A necessidade de rever esta directiva decorre do facto da actividade turística ter sofrido uma enorme transformação desde meados dos anos 70. "É preciso actualizar a directiva, designadamente para acabar com o sistema de derrogações e isenções e, assim, entre outras coisas, fazer face ao próximo alargamento aos países de Leste.", disse a eurodeputada, acrescentando que é ele também um contributo para combater a concorrência desleal.

Com efeito, é preciso enquadrar a nova actividade das agências de viagens, que agora oferecem determinados tipos de serviços que até há pouco tempo praticamente não existiam. É o caso das vendas de congressos para empresas ou as viagens de incentivos, ente outros "pacotes", que cada agência compõe ao seu modo.

Importa igualmente corrigir a actividade cada vez maior de algumas agências de viagens que estão a criar sucursais fora da união Europeia para fugir ao pagamento do IVA.

JOAQUIM VAIRINHOS

## UNIÃO DEVE REVER DIRECTIVA SOBRE CIRCULAÇÃO DE PESADOS



A falta de harmonização quanto às restrições aplicadas ao trânsito rodoviário de veículos pesados de mercadorias que efectuam transportes internacionais, situação que será agravada com o alargamento aos países de Leste, afecta particularmente as regiões mais periféricas da União, como Portugal, sendo por isso necessário proceder-se à revisão da respectiva directiva, considerou o eurodeputado Joaquim Vairinhos, no plenário de Estrasburgo.

A existência de restrições ao trânsito que variam de um país para outro, dificulta bastante, em trajectos mais longos, a realização de viagens de ida e volta sem interrupções excessivas, o que, no âmbito das redes transeuropeias, justifica a necessidade da referida harmonização.

A proposta de alteração da directiva apresentada pela Comissão ao Parlamento Europeu prevê que cada Estado-membro possa limitar a circulação de veículos pesados de transportes de mercadorias durante os fins de semana e dias feriados.

Joaquim Vairinhos considerou particularmente positivas as propostas de alteração introduzidas no relatório para a criação de um dispositivo europeu de informação rodoviária e o alargamento das isenções de circulação para os veículos que transportam as flores e produtos hortícolas frescos.

# O ESTADO DA NAÇÃO



## EDITE ESTRELA

tenderá a agravar-se. Se o clima é desfavorável para a generalidade das pessoas também é para os agentes económicos. Se as famílias não consumirem, as empresas reduzem a produção e lançam no desemprego os trabalhadores considerados excedentários.

Em três meses apenas, o Governo delapidou o capital de esperança normalmente associado a qualquer acto eleitoral. O declínio da popularidade do Governo, sobretudo do primeiro-ministro, só é comparável ao que aconteceu em fim de mandatos de grande desgaste e decorridos muitos anos de permanência no poder. O que se está a verificar é um factor novo que deve ser ponderado. Basta ler o que escreveu Joaquim Leiria para se perceber qual é o real "Estado da Nação": "Não me cheirava a tão adiantado estado de decomposição desde os últimos anos do cavacismo". E ninguém pode acusar o jornalista de ter apoiado os governos do PS e de, em relação a eles, não ter levantado a sua voz crítica.

A situação que o Governo criou é grave. Até o Dr. Dias Loureiro, deputado e presidente do Congresso do

Compreende-se que o Governo esteja preocupado com o descontentamento popular, revelado pelas sondagens e pelas manifestações de rua. Mas deve-se também preocupar com as projecções negativas do Banco de Portugal [...]

PSD, veio publicamente reconhecer que existem hoje «razões de pessimismo».

De tanto quererem afrontar o PS, os novos governantes acabaram por afrontar o País que lhes paga na mesma moeda, manifestando-se desiludido com a actuação do Governo e com a (falta de) liderança do primeiro-ministro.

Perante os maus resultados do «discurso da desgraça», o Dr. Durão Barroso veio agora anunciar «o discurso da esperança», como se as pessoas fossem as marionetas de Santo Aleixo. As pessoas não funcionam assim. Não basta o simples anúncio de que agora vai ser diferente para todos acreditarem. É preciso dar provas primeiro.

Esta operação de *marketing* (não por acaso antes de os portugueses irem de férias) para contrariar a imagem do Governo «brigão e trapalhão» e «vender» a ideia de «Governo competente», baseia-se na técnica do chicote e da cenoura. Como abusaram do chicote, é natural que tendam a abusar da cenoura, voltando aos tempos de prometer tudo a todos.

Compreende-se que o Governo esteja preocupado com o descontentamento popular, revelado pelas sondagens e pelas manifestações de rua. Mas deve-se também preocupar com as projecções negativas do Banco de Portugal: não vai haver convergência real com a economia europeia (ao contrário do que aconteceu com os governos socialistas), a previsão do crescimento do PIB é zero, o desemprego vai aumentar, a inflação vai subir e a influência de Portugal nos centros decisórios da Europa vai diminuindo. Quer dizer que os indicadores que deviam crescer descem e os que deviam baixar sobem!

O caso RTP é o melhor exemplo do modo como o governo desperdiça oportunidades. E prova ainda que o primeiro-ministro não estava preparado para governar e que não tem colocado o interesse nacional acima dos interesses partidários. Recorde-se o que aconteceu na semana passada no Parlamento, com o ministro da tutela a afirmar a independência da administração nomeada para a RTP e um deputado do PSD obrigado a sair do plenário por conflito de interesses (tratava-se de um dos administradores já nomeados) para se perceber qual o conceito de independência desta gente.

Na ânsia de mostrar serviço, alguns ministros adoptaram como lema agir primeiro e pensar depois. Levados pelo afã activista, precipitam-se no erro mas só recuam quando a maioria de que dispõem não é suficiente para lhes dar apoio e cobertura. Vão de trapalhada em trapalhada até à confusão total e o Zé pivo que pague a factura da leviandade e da incompetência do Governo!

Lamentavelmente, depois de ouvirmos o primeiro-ministro no debate sobre «o estado da Nação», verificamos que o País vai continuar adiado. Não houve sequer sinais de que isso os preocupe.

# PRIMÁRIAS JÁ!



## FILIPES NUNES

Segundo vários indicadores, a qualidade da democracia em Portugal tem vindo a deteriorar-se. Foi por isso que logo em 1995 o PS lançou a reforma do sistema político como grande prioridade do seu Governo. No final de 2001, a sociedade e a economia tinham-se modernizado, mas o sistema político continuava por reformar. Em momentos já devidamente identificados, o Governo do PS nem sempre soube escolher a melhor forma de fazer política. Se em Portugal, as mudanças eleitorais costumam ocorrer quando há crises económicas, nas últimas eleições autárquicas e legislativas, pelo contrário, a mudança teve um sentido eminentemente político.

Todavia, o Dr. Durão Barroso não parece ter percebido isto, e, nestes primeiros três meses, ao deitar para o caixote do lixo da história o seu programa eleitoral, conseguiu contribuir mais para a degradação da qualidade da democracia do que o Governo do PS nos

piores momentos de seis anos de governação. "A mudança nem sempre está onde parece", estarão hoje a pensar, de acordo com todas as sondagens, os eleitores portugueses. É que a mudança de comportamentos por parte dos eleitos e de atitudes por parte dos eleitores começa precisamente no cumprimento do contrato de legislatura que se estabelece durante a campanha eleitoral.

A este propósito, convém lembrar que a reforma do sistema eleitoral, no sentido da introdução de círculos uninominais num quadro de proporcionalidade, tem aparecido de forma recorrente nos últimos programas eleitorais do PS e do PSD. Não é, portanto, aceitável que os directórios continuem a arranjar pretextos para adiar a mudança ou que os deputados eleitos na base destes programas digam que a reforma do sistema eleitoral é "uma questão de consciência". Não é uma questão de consciência; é uma proposta sufragada pelos milhões de eleitores que votaram no PSD, no PS e que se reconhecem no programa do Partido Popular. Ponto final.

A reforma do sistema político começa, de facto, por aqui: pelo cumprimento dos programas e pela necessária aproximação entre eleitos e eleitores. Começa por aqui, mas não se esgota aqui. Para além do sistema eleitoral, é necessário actuar também ao nível dos sistemas de governo e de partidos - cada vez mais oligarquizados. Tirando talvez o caso do PCP - que hoje já representa muito pouco e, pelo que se tem visto nos últimos dias, vai representar cada vez menos -, em 1974, os partidos políticos surgiram de cima para baixo: verdadeiramente, nunca articularam interesses sociais; vivem em circuito fechado e sobrevivem, fundamentalmente, pelo acesso que têm aos recursos do Estado - que ainda é a maior entidade empregadora.

Logo que saem do Governo, voltam para o mundo da neutralidade técnica e dão entrevistas a zurrir «nos políticos», no Parlamento e nos partidos pelos quais nunca deram a cara.

Manifestando estas e outras preocupações, várias personalidades ouvidas na Assembleia da República, no âmbito recém-criada comissão eventual para a reforma do sistema político (mais uma!), têm avançado com algumas ideias que não nos podem deixar indiferentes.

Entre essas propostas que exigem debate no parlamento, em sede de revisão constitucional ou, por exemplo, no quadro da revisão dos estatutos do PS, estão a possibilidade de acumular o cargo de membro do Governo com o cargo de deputado ou a introdução de alguns mecanismos de reforço da democraticidade interna nos partidos.

Comecemos pela primeira ideia, que parece bizarra, mas cujos objectivos são bem pertinentes. Partindo do princípio de que numa democracia consolidada o Governo é partidário e tem a sua origem no Parlamento, fará sentido que os seus membros, nomeadamente os ministros, sejam, frequentemente, recrutados fora dos partidos e do Parlamento? Esta obsessão nacional com os «independentes da sociedade civil», sem paralelo nas democracias europeias, só revela e reproduz a crise do sistema partidário e o padrão das elites do poder em Portugal: um pequeno grupo de «personalidades» pouco autónomas que acumulam os estatutos mais diversos e contraditórios. De manhã são professores, à tarde deputados, e à noite, se for caso disso, jornalistas da RTP! Outros, logo que saem do Governo, voltam para o mundo da neutralidade técnica e dão entrevistas a zurrir «nos políticos», no Parlamento e nos partidos pelos quais nunca deram a cara.

Nada disto faz sentido. A representação parlamentar, tal como os cargos executivos, deve ser bem paga, em dedicação exclusiva e limitada no tempo. A exigência de candidatura ao Parlamento para se ter acesso a cargos governamentais iria acabar com estes equívocos nacionais e melhorar substancialmente a tão falada «qualidade das listas de deputados».

O mesmo efeito qualitativo e democratizador poderiam ter, por outro lado, inovações como o fim das inerências (nomeadamente das jotas) nos congressos e órgãos partidários, a dinamização das secções sectoriais (qual é o militante normal que se identifica exclusivamente com os problemas do Limoeiro ou da Almirante Reis?), ou mesmo a consagração das primárias como método de escolha dos candidatos partidários às diferentes eleições, como acontece, por exemplo, no PSOE. Se é consensual que, ao nível do recrutamento dos candidatos as coisas, tal como estão, não estão bem, então das duas uma: ou se dá todo o poder às direcções nacionais ou se dá todo o poder aos militantes (e simpatizantes, eventualmente). A segunda hipótese é bem mais democrática e adequada ao que são hoje o PS e o PSD: frentes eleitorais que têm no seu seio diferentes grupos sociais e correntes ideológicas, representando, no conjunto e desde 1987, cerca de 80 por cento do eleitorado.

Durante muitos anos, a esquerda apostou (e bem) no desenvolvimento económico e social («a infra-estrutura»), desvalorizando (erradamente) a «superestrutura», isto é, a qualidade do sistema democrático e a importância das reformas institucionais que a podem melhorar. A esquerda moderna é, antes de mais, o espaço do radicalismo democrático. O PS não pode deixar, por isso, que aconteça hoje o que já aconteceu no passado: andar a reboque do PSD em matéria de reforma do sistema político.

Adaptando um slogan de outras guerras, porque não defender, por exemplo, "Primárias Já!?"

JAMILA MADEIRA

## COMBATE PERMANENTE AO GOVERNO

**A Juventude Socialista vai levar o combate para o campo da concretização real das políticas apresentando propostas com “impacto real na vida dos jovens”.**

**Em entrevista ao “Acção Socialista” Jamila Madeira promete devolver a unidade e a coesão à JS. Por isso “vai trabalhar com todos”.**

**Salientando que os jovens, infelizmente, não podem esperar nada da política de juventude deste Governo, a recém-releita secretária-geral da JS garante “um combate permanente e impertinente de contestação às medidas autocráticas” do Executivo de Durão Barroso.**

**Como comenta os resultados do último Congresso da JS em que foi reeleita secretária-geral por 41 votos a mais do que o seu opositor?**

Foi com muita satisfação que recebi os resultados do último Congresso. Recebi-os como o reconhecimento dos militantes pelo trabalho efectuado mas sobretudo como um voto expresso de confiança no trabalho de futuro.

**Além do projecto sobre a interrupção voluntária da gravidez já anunciado, quais as propostas da sua moção que pretende, enquanto deputada, dar seguimento em sede parlamentar. Dito outra forma, há novas propostas fracturantes?**

A IVG é uma questão muito pertinente pois continua a afectar um número muito expressivo de mulheres portuguesas diariamente, por isso e por sermos contra a hipocrisia que se vive em determinados temas na sociedade portuguesa temos a noção clara que temos que agir. Enquanto JS temos presente que é necessário haver soluções práticas e políticas com consequências reais na vida das pessoas. O que a JS quer e vai fazer é levar o combate político para o campo da concretização real das políticas, para o terreno, onde os jovens de hoje sentem essa insidiosa desafectação e autismo das instituições e dos centros de poder em relação às suas necessidades.

Queremos defender um contrato social para a juventude que seja abrangente e concretizável, mas, sobretudo, estar na linha da frente no combate político no Parlamento. Cabe-nos a nós fazer oposição cerrada, estarmos atentos e termos propostas, que não precisam de ser fracturantes, que precisam, isso sim, de ter impacto real na vida dos jovens ao nível da habitação, da saúde pública, da educação, do trabalho e do ambiente.

**Como encara o facto da direcção da bancada não atribuir prioridade ao agendamento do projecto da JS sobre IGV, preferindo apostar no diploma da procriação medicamente**



**assistida? Não é esta uma situação politicamente desconfortável para a Juventude Socialista?**

Esta é necessariamente uma situação desconfortável, não para a JS, mas antes para o PS dados os compromissos que os deputados eleitos nas suas listas assumiram neste âmbito em nome da defesa do direito a uma maternidade consciente e contra a hipocrisia da não assunção do flagelo do aborto clandestino em Portugal. Considero por isso que após quatro anos do anterior referendo, depois da aprovação no Parlamento Europeu de uma recomendação no sentido da descriminalização e tendo em conta a “doutrina” internacional do socialismo democrático esta torna-se uma questão mais que premente na agenda política e espero que as prioridades sejam reequacionadas.

**Há condições no seio da organização, após os acontecimentos que antecederam o Congresso, de devolver a unidade e a coesão à JS?**

Com certeza a JS tem, como sempre teve, a clara consciência que as questões que nos dividem e que derivam do pluralismo democrático da nossa organização são muito menores que as que nos unem enquanto jovens socialistas. Necessariamente isto permitirá que durante este mandato todos estejam unidos em torno de um objectivo comum, combater o nosso adversário: o Governo do PSD/PP.

**Como pretende então realizar esse objectivo?**  
A trabalhar com todos, e respeitar as diferentes opiniões assim como espero que sejam respeitadas as opiniões das maiorias que se constituem no espaço democrático da nossa organização.

**O secretário-geral do PS tem vindo a acusar**

**o Governo de estar a prejudicar os jovens com a sua política. Não deveria ser a JS a desempenhar este papel?**

Considero, aliás como sempre o disse, que os interlocutores dos jovens devem ser jovens, porque os compreendem, porque pensam como eles, porque vêm o futuro como eles. Nesse sentido, a JS esteve sempre na linha da frente da defesa dos interesses dos jovens, obviamente que agradecemos a noção de combate paralelo que o secretário-geral do PS tem assumido nestas matérias, nunca é de mais realçar para que sejamos ouvidos. Espero assim que este objectivo venha a ter um enaltecimento real noutras matérias da política partidária e parlamentar.

**Em sua opinião o que podem esperar os jovens portugueses da política de juventude deste Governo?**

Infelizmente, parece-me que nada. O papel menorizado da juventude tanto ao nível parlamentar como ao nível governativo é muito representativo disso, mas se isso não bastasse o fim do crédito bonificado, a limitação do rendimento mínimo garantido a pessoas com mais de 25 anos, o fecho de escolas com menos de 10 alunos em locais onde a escola mais próxima fica a mais de uma hora de distância, o aumento do IVA, o estatuto do aluno, a não extinção do SMO, a suspensão de um conjunto de obras estruturantes para o país, etc... e muito mais em escassos três meses de governação levamos a crer que o futuro não será risonho.

**De que forma e com que meios vai a Juventude Socialista combater politicamente o Governo?**

A nossa estratégia é a de um combate permanente e impertinente de contestação às medidas autocráticas deste Governo. Assim, temos que procurar mobilizar os jovens portugueses para combaterem connosco contra a intolerância, a discriminação, contra a desigualdade, este é um esforço que só com uma noção de proximidade pode ser conseguido e por isso é por aí que seguiremos.

**Recorda-se de alguma iniciativa oriunda da Secretaria de Estado da Juventude do actual Governo?**

Infelizmente não, aliás a única medida foi por exemplo uma das muitas não-medidas que este Governo propôs como seja a fusão do IPI com a Movijovem, algo perfeitamente inexequível e de eficácia muito duvidosa. Algo que pretende fundir uma cooperativa que funciona e que permite pôr na prática a mobilidade dos tratados ao nível dos jovens e um instituto público, burocrático e administrativamente pesado.

**Num debate da concelhia de Lisboa sobre o “Futuro do PS”, Mega Ferreira defendeu que a JS deve “antecipar tendências” e ser o**

**“intérprete das aspirações e anseios dos jovens”. Pedia-lhe que comentasse e que dissesse de que forma pretende a JS multiplicar a sua influência junto da juventude?**

Julgo que é efectivamente esse o papel da JS. Foi assim que vimos e nesse sentido encetámos um trabalho de base junto dos jovens autarcas, das associações, dos jovens em geral e através de uma política de proximidade detectar essas aspirações e anseios e protagonizá-las. Durante os anteriores dois anos iniciámos este trabalho, cabe agora continuar a sua organização e estruturação e assim conseguir atingir o objectivo de efectivamente antecipar tendências e promover a vanguarda da esquerda em Portugal e no mundo.

**Quais os tipos de jovens a que se dirige prioritariamente a mensagem política JS?**

A JS dirige-se a todos os jovens desde a mais tenra idade em que a consciência e a preparação para o exercício da sua cidadania começa a ser uma realidade, os estudantes, os jovens trabalhadores, os jovens operários, os desempregados, mas sobretudo dirige-se aos que serão os protagonistas do futuro do nosso país, os homens e mulheres de amanhã e incita-os a ser desde já responsáveis por este futuro.

**Como reage à crítica, recorrente, aliás, de que as juventudes partidárias não fazem sentido e que não passam de trampolins para carreiras políticas nos respectivos partidos?**

Considero que esta é uma crítica muito injusta feita às juventudes partidárias, pois embora o empenho colocado pelos dirigentes da JS possa traduzir-se numa continuidade de participação partidária após os 30 anos de idade, o seu objectivo é o de assegurar que a continuidade do socialismo democrático é conseguido através da interpretação e propostas que as novas gerações protagonizam. Aliás, é notória a qualidade de um número muito expressivo de actuais quadros do PS que foram formados politicamente na JS, e julgo que a isto não se chamará carreirismo.

**De que forma encara a crítica de que a JS tem vindo a perder estatuto face ao partido e se dá como exemplo para ilustrar esse ponto de vista, o facto de ter sido preterida na escolha para direcção da bancada parlamentar?**

Tenho desde sempre lutado para que o PS olhe para a JS como uma estrutura parceira e não como uma estrutura concorrente. Aliás, o PS deve perceber que a sua existência e sobrevivência depende de uma JS viva, activa e irreverente, só assim se regeneram os princípios e se mantém o contacto com os 30 por cento da sociedade portuguesa que são os jovens. Nesse sentido considero que tentar sufocar a JS ou inibi-la de poderes de actuação ou de representatividade é sobretudo uma má estratégia para o PS, pois a JS continuará a cumprir o seu papel.

# MAIS IMIGRANTES ILEGAIS MENOS INTEGRAÇÃO



JOSÉ LEITÃO

1 – A recente proposta de lei nº 10/IX que autoriza o Governo a alterar o regime que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, previsto no Decreto-Lei nº 244/98, de 8 de Agosto, vai ter efeitos contrários às intenções anunciadas. Vai traduzir-se no aumento do número de imigrantes em situação irregular e vai dificultar a integração dos titulares de autorização de permanências e vistos de trabalho.

Os socialistas têm todos os motivos para encerrar o debate em torno desta nova legislação, que não terminou com a aprovação da autorização legislativa, com a maior serenidade. O que foi feito pelos governos socialistas tem merecido apreciações justas pelos que têm algum conhecimento destas matérias. Recentemente sete organizações católicas num documento divulgado referiam os progressos legislativos dos últimos cinco anos. Tudo isto só foi possível graças à circunstância do primeiro-ministro ser um cidadão pessoalmente empenhado numa integração de qualidade dos imigrantes e favorável à sua participação na vida do Partido Socialista, como tem sido sempre o camarada António Guterres.

Temos por isso que encerrar com serenidade e objectividade, mas também sem complacência, as propostas em matéria de política de emigração do actual governo.

2- A legislação em vigor pode e deve ser aperfeiçoada para tornar mais eficaz a regulação dos fluxos migratórios e melhorar a qualidade da integração dos emigrantes e contribuir para uma maior coesão social.

Todas as propostas positivas que vão nesse sentido devem ser avaliadas sem preconceitos pelo seu mérito intrínseco, venham de onde vierem.

Temos de reconhecer que o actual Governo já percebeu que a maior parte da legislação elaborada pelos governos socialistas na matéria abrangida por esta autorização legislativa não devia ser alterada. Esse facto é positivo, contudo, depois da demagogia eleitoral não resistiu a introduzir alterações que irão ter efeitos negativos para a regulação dos fluxos migratórios e a integração dos emigrantes.

3- A proposta de autorização legislativa não cria condições para o fomento da imigração legal. Esta é uma área em que é necessário ir mais longe do que já foi feito anteriormente, mas isso passa por uma muito maior celeridade e eficácia na concessão dos vistos de trabalho e não por tornar a sua concessão ainda mais sujeita a condições e a consultas.

Não é por se definir um limite máximo anual imperativo de entradas e por se revogar o regime das autorizações de permanência que se acaba com a imigração ilegal.

Se não houver mecanismos para a legalização particularmente dos que se encontram já a trabalhar em Portugal, através da figura da

autorização de permanência ou outra equivalente, só haverá como alternativa deixar crescer a ilegalidade e a exclusão social ou uma política de expulsões maciças, acompanhada da criação de centros de internamento para os expulsandos.

4. A figura da autorização de permanência, que agora vai ser eliminada, não foi apenas uma forma de resolver a questão da legalização de milhares de imigrantes que já se encontravam a trabalhar em Portugal. Ao exigir a existência de um contrato de trabalho, ao inserir os titulares de autorização de permanência num mercado de trabalho com direitos, deu um grande contributo para a estruturação do mercado de trabalho e dessa forma para o combate à imigração ilegal. Obrigou ainda muitos empresários, o que vulgarmente se designa como subempregados a emergir da clandestinidade e procurarem exercer de forma regular a sua actividade. Assim, nos pedidos de licença entrados no Instituto do Mercado de Obras Públicas e Particulares verificou-se um aumento de 3677 no ano de 1999 para 11149 em 2000 e 18588 em 2001, representando um aumento de cerca de 600 por cento (*vide*, Relatório sobre a evolução do fenómeno migratório (*vide*, www.idict.gov.pt, na área da IGT).

Os reflexos fizeram-se também sentir nas receitas da Segurança Social – Economistas como Teodora Cardoso (em artigo publicado no “Diário Económico” dão crédito à informação divulgada por alguns jornais no sentido de que o aumento de receitas da Segurança Social provenientes da legalização de imigrantes permitirá cumprir o défice de 1 por cento do PIB acordado no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Era possível e desejável, em função da avaliação efectuada, introduzir outros condicionalismos à concessão da autorização de permanência. No próprio relatório já citado fazem-se sugestões nesse sentido. O que não faz sentido é pura e simplesmente eliminar o regime das autorizações de permanência e não o substituir por nenhum outro que permita legalizar, de acordo com os critérios que forem definidos, imigrantes que já se encontram neste momento a trabalhar em território português.

5 – Entende o actual Governo dar desta forma uma satisfação aos que o elegeram, que pretenda seja entendida como um cartão vermelho às máfias que promovem a imigração ilegal organizada. Tendo sido um dos primeiros a chamar a atenção para esta realidade, considero que o único sinal que as máfias entendem é fazer o que tem sido feito pela Polícia Judiciária e pelo SEF, investigar as suas actividades e fazê-las responder em tribunal pelos seus crimes.

Não é por muito se falar em imigrantes em situação irregular que estes deixam de existir, se não aumentar a eficácia da repressão dessas redes.

O sinal que com isso se pode dar, mesmo sem o querer, é a desconfiança face ao imigrante, o aumento do preconceito e da xenofobia.

6 – A menor qualidade de integração verificar-se-á se o Governo não desistir do que eufemisticamente designou por “clarificar o conceito de residente”. Fazemos votos para que venha a desistir deste propósito porque a intenção que presidiu à redacção desta alínea foi excluir os titulares de visto de trabalho e autorização de permanência do conceito de residente legal. Essa clarificação só acontece porque os titulares de autorização de permanência e de vistos de trabalho como residentes legais que são, estão abrangidos, pelas medidas, por exemplo, previstas no Plano Nacional de Acção Para a Inclusão (2001 – 2006), e têm, por exemplo, direito de acesso ao Serviço Nacional de Saúde como os cidadãos nacionais.

O que se propõe é por isso enorme recuo e atraso no processo de integração harmoniosa destes imigrantes. Recorde-se que nas Grandes Opções do Plano para 2002 se tinha consagrado como um objectivo a promoção dos direitos dos imigrantes detentores de autorização de permanência, tendo em conta o disposto no artigo 15º da Constituição da República Portuguesa.

7 – Naturalmente, que abordei apenas as questões que considero mais polémicas da iniciativa legislativa do Governo, que contém outras que não nos suscitam críticas e que são positivas. Não ignoro também que, sem o diálogo crítico mantido na Assembleia da República pelos deputados socialistas, o texto que o Governo iria publicar conteria muitos outros aspectos negativos. Mas julgo que é importante ter presente que o debate sobre estas alterações legislativas apenas começou e irá suscitar crescentes e justas críticas da sociedade portuguesa não apenas por parte das associações de imigrantes ou outras instituições que com eles são solidárias, mas também de empregadores e sindicalistas sensíveis à sua falta de realismo e pragmatismo.

É também importante ter presente o programa com que nos apresentámos às eleições legislativas, que vai no sentido de assegurar uma maior qualidade da integração dos imigrantes e que há que traduzir em projectos de lei.

Não é preciso ser socialista para perceber que João Paulo II tem razão quando afirma que “o sinal mais eficaz para medir a verdadeira estrutura democrática de uma nação moderna consiste na avaliação do seu comportamento para com os imigrantes”.

Basta respeitar a dignidade e os direitos dos imigrantes e agir em conformidade.



**A apresentação da actual Proposta de Lei de Estabilidade Orçamental, feita de forma leviana, prejudicou um debate sério sobre o assunto, numa conjuntura que nacional e internacionalmente é relevante. Somos favoráveis a uma Lei de Estabilidade Orçamental rigorosa e equilibrada, respeitadora da Constituição, das autonomias regionais e das autarquias locais.**

## ESTABILIDADE ORÇAMENTAL

1. A estabilidade orçamental é necessária não só para se garantir a continuidade da nossa integração na Zona Euro, como para reforçar as condições de actuação dos agentes económicos, aumentando a atracção de investidores externos e internos, abrindo mais espaço para o desenvolvimento económico.

2. Em 1998/99 – última sessão legislativa do primeiro Governo Guterres –, o Governo remeteu à Assembleia da República uma proposta de lei de enquadramento orçamental, com cerca de 200 artigos, que alterava e sofisticava significativamente a legislação em vigor desde 1991. A proposta definitiva saída do Governo, entrada oportunamente na Assembleia da República, ficou estacionada até ao fim da legislatura em causa, por impossibilidade de obter uma maioria para a aprovar.

3. A Lei em vigor, que estabeleceu o “Enquadramento Orçamental do Estado”, foi admitida como proposta governamental na Assembleia da República em Agosto de 2000 e foi objecto de um Relatório da 5.ª Comissão, após o que foi discutida em Plenário em 15 de Fevereiro de 2001. Em 22 de Fevereiro foi aprovada na generalidade em Plenário e voltou a baixar à Comissão de especialidade. A Comissão tinha criado, entretanto, um Grupo de trabalho, que tinha, ele próprio, elaborado um relatório que enquadrava também os outros projectos.

4. O debate dessa proposta de lei foi feito de maneira aprofundada, altamente participativa e séria. Criou-se no seio da Comissão de Economia, Finanças e Plano um Grupo de Trabalho que debateu a proposta governamental e os projectos de lei da oposição sobre o mesmo tema. Feita uma análise comparada dos diferentes textos, o PSD estabeleceu como divergência essencial o estabelecimento de um limite de compromissos plurianuais em percentagem do PIB, no que foi, em certa medida, acompanhado pelo CDS/PP, questão que deixou cair na actual versão da lei.

5. A apresentação da actual proposta de Lei de Estabilidade Orçamental, feita de forma leviana, prejudicou um debate sério sobre o assunto, numa conjuntura que nacional e internacionalmente é relevante. Somos favoráveis a uma lei de Estabilidade Orçamental rigorosa e equilibrada, respeitadora da Constituição, das autonomias regionais e das autarquias locais.

6. Tem dito o actual Governo que se baseia em boa parte, no chamado projecto Sousa Franco. Ora no Relatório da Comissão liderada pelo prof. Sousa Franco sobre as medidas para uma política sustentável de estabilidade e controlo da despesa pública, procurava concretizar-se o objectivo de assegurar a coordenação mútua da actividade financeira da administração central, regional e local do Estado. Relativamente a esse projecto, interessa referir a importância que, nele, tem a proposta de criação de um Conselho Coordenador do Sector Público Administrativo. É esse Conselho que, integrando nomeadamente representantes da ANMP e da ANAFRE, Secretários Regionais das Finanças da Madeira e dos Açores, permitirá uma participação qualificada das Autarquias Locais e das Regiões Autónomas, garantindo o seu conhecimento e evolução do processo de consolidação orçamental, facilitando a sua realista integração numa perspectiva solidária.

7. Quanto às Regiões Autónomas é necessário entendermos que os diferentes níveis de

desenvolvimento dos Açores e da Madeira devem corresponder a critérios de endividamento e de montantes a transferir diferenciados.

O que é fundamental em relação às autarquias locais é também a existência de um princípio de diferenciação positiva. Este princípio deve ser aplicado de forma a favorecer os concelhos desenvolvidos e socialmente mais carenciados. Outra questão importante é a da transparência desta lei e a necessidade de continuar a prestar relevante informação útil à Assembleia e ao País. Um conjunto de mapas e dados constituindo informação relevante concernente nomeadamente a orçamentos e programas e que estava prevista na Lei de Enquadramento Orçamental, desaparece nesta Proposta de Lei de Estabilidade Orçamental. E é necessário que boa parte (senão toda) essa informação fique na lei, para permitir um debate mais aprofundado e com dados mais precisos do Orçamento de Estado.

8. Para se dispor de uma Lei de Estabilidade Orçamental, ao serviço não só de um bom controlo orçamental como permitindo caminhar-se com melhores condições no sentido do desenvolvimento económico e da solidariedade social, é necessário reformular o texto apresentado. Torná-lo conforme a Constituição, garantir a participação adequada no processo de consolidação orçamental e nas estruturas de acompanhamento, diferenciando positivamente as autarquias locais e as Regiões Autónomas hoje menos desenvolvidas.

9. Se o texto final da Lei se orientar nesse sentido, com a participação e com propostas do PS, poderá emergir uma lei de Estabilidade Orçamental positiva. Senão, deverá ter a oposição não só de todos os socialistas como de sectores muito mais alargados da opinião pública e da sociedade portuguesa.



JOEL HASSE FERREIRA

## O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

**O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:**

**Nova Rede** - Conta nº 00237931010 - NIB 00330000023793101005

**CGD** - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

**BES** - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



# A SEMANA PREVISTA

SEG.  
TER.

Reunião da Comissão Nacional no sábado, no Hotel Altis, que tem como ordem de trabalhos, o processo de actualização dos dados e da remuneração dos militantes, a análise da situação política, o processo de preparação, marcação da data e local do XIII Congresso Nacional e a eleição da COC.

Ignorando as suas posições dos últimos anos os partidos da maioria preparam-se para fazer aprovar a criação de um regime de excepção para os touros de morte em Barrancos, que provavelmente é o último diploma a ser votado na Assembleia da República antes das férias parlamentares que hoje se iniciam.

O Presidente da República participa, em Barcelona, numa conferência Internacional sobre Sida.

O secretário-geral, Ferro Rodrigues, e o presidente do partido, Almeida Santos, tomam posse na próxima terça-feira, 16 de Julho, como membros do Conselho de Estado.

QUA.

Jorge Sampaio reúne-se dia 16 com um grupo de economistas para analisar a actual situação financeira do País.

QUA.  
SEG.

Reúne quinta e sexta-feira sob a presidência de Valery Giscard d'Estaing, a Convenção Europeia, em que participam os socialistas António Vitorino em representação da Comissão Europeia, Luís Marinho do Parlamento Europeu e Alberto Costa da Assembleia da República.

DOM.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

### SECÇÕES DO DISTRITO DE LEIRIA

Secção PS Alvaizere  
Rua Cons. Furtado Santos, 20 - 1ª - 3250 Alvaizere  
236 656044

Secção PS Caldas da Rainha  
Rua do Parque, 1 R/C frente - 2500 Caldas da Rainha  
262 842286

Secção PS Leiria  
Rua Machado Santos - C. Magistrados  
2410 128 Leiria  
244 822942

Secção PS Marinha Grande  
Rua 25 de Abril, 36 - 2430-313 Marinha Grande  
244 553512

Secção PS Nazaré  
Apartado, 79 - 2450 901 Nazaré  
262 561627

Secção PS Castanheira de Pera  
R. Dr. Ernesto M. David - Souto Val  
3280 Castanheira de Pera  
236 434125

Secção PS Figueiró dos Vinhos  
Largo José Malhoa - 3260 Figueiró dos Vinhos  
236 552288

Secção PS Pombal  
Alexandre Herculano, 7 - 1º Esq - 3100 494 Pombal  
236 212367



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**  
castelobranco@partido-socialista.pt

**Mary Rodrigues**

maryr@partido-socialista.pt

**Paulo Pisco**

Colaboração **Edite Bandos**

Secretariado **Sandra Anjos**

sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Francisco Sandoval**

Internet [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao)

E-mail [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**  
**Restelo - 1400-091 Lisboa**  
**Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240**

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**  
**Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa**



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

**Acção Socialista**

Avenida das Descobertas, 17 - Restelo

1400-091 Lisboa

**Nome** \_\_\_\_\_

**Morada** \_\_\_\_\_

**Localidade** \_\_\_\_\_

**Código Postal** \_\_\_\_\_

**Assinaturas**

**12 meses**

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

**O valor das assinaturas  
de apoio é livremente fixado  
pelos assinantes  
a partir dos valores indicados**